

**APRESENTAÇÃO DA SÉRIE  
GESTORES PÚBLICOS**

Trata-se de entrevistas com profissionais que assumiram em algum momento a gestão de políticas públicas e cargos no Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, quer no plano nacional, quer estadual. As entrevistas privilegiam as diferentes facetas envolvidas na atuação como gestor.

Entrevistas disponíveis até o momento:

- Abdias Vilar de Carvalho
- Almir Paulo de Lima
- Aloísio Alves
- Ana Amélia
- Caio Galvão de França
- Carlos Lorena
- Carlos Mário Guedes de Guedes
- Celso Barros Coelho
- Coronel Carlos Magno Nazaré Cerqueira
- Dryden Castro de Arezzo
- Edgar Ribeiro de Souza
- Eraldo Maués
- Eugenio Conoly Peixoto
- Fernando Lyra
- Fernando Santana
- Gilberto Bampi
- Guilherme Cassel
- Gutemberg Armando Diniz Guerra
- Humberto de Oliveira
- Iris Resende
- João Bosco Ribeiro
- João Roberto Rodrigues
- Jorge Coelho
- José Afonso da Silva
- José Augusto Rodriguez
- José Gomes da Silva
- José Vaz Parente
- Leonildes Alves da Silva Filho
- Miguel Rosseto
- Nelson Ribeiro

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

- Plínio de Arruda Sampaio
- Raimundo João Amorim
- Raul Jungmann
- Raul Navegantes
- Rolf Hackbart
- Romeu Tuma
- Vivaldo Vieira Barbosa



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Abdias Vilar de Carvalho

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Na época da entrevista era consultor e Diretor Técnico da Locus Planejamento e Desenvolvimento Local. É sociólogo e ex-Superintendente Regional do Incra/PE.

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde Servolo de Medeiros

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa “Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores. O lugar dos trabalhadores rurais”. Financiamento: Capes. 1997-1998.

**DATA:** 12/1997

**LOCAL:** Não consta

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP. K7.avc2	02 Fitas K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico. Áudio regular (desequalizado )
MP3	MSPP/en. GP.mp3.avc2	00h45min	Sim	Áudio ruim, barulho ao fundo
TRANSCRIÇÃO	Não há			

**DESCRITORES:**

Arrendamento rural  
Assera – Associação dos Servidores da Reforma Agrária  
Assentamento rural  
Associação rural  
Campanha Nacional pela Reforma Agrária  
Capacitação técnica  
Direito à propriedade  
Empresa rural  
Estrutura administrativa (Incra)  
Governos estaduais  
Incra- Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária  
Índices de produtividade agrícola  
Justiça  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Organização patronal  
Regularização fundiária

**SUMÁRIO:**

Fita 1 lado A - Discorre sobre demandas dos assentamentos rurais; o aparato administrativo, que é burocrático, no Incra; diz que a concepção de assentamento afeta o processo de reforma agrária; aponta os limites e contradições dos trâmites do processo de reforma agrária; fala sobre a importância da compreensão de associativismo para o processo de assentamento; fala sobre uma lógica autoritária que é vigente no Incra; diz que é preciso rever a concepção de assentamento para ampliar e melhorar o processo de reforma agrária; fala sobre a necessidade de criar políticas que sirvam às necessidades imediatas dos assentados, pois não é possível trabalhar apenas com as demandas estruturais; fala sobre a pressão da classe patronal rural nas atribuições do Incra, especificamente nos processos de desapropriação; diz ter preocupação com a questão jurídica no processo de reforma agrária;  
Lado B - fala sobre a produtividade da terra e a constituição de empresas rurais; fala sobre as demandas estaduais e as pressões políticas que cada Estado e governante sofre e enaltece a descentralização do processo de reforma agrária e valoriza os institutos de terras estaduais; trata da proposta de arrendamento de terra nos assentamentos rurais por usineiros.

**NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ**

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Almir Paulo de Lima

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Assessor especial da CAF - Comissão de Assuntos Fundiários e da SEAF - Secretaria de Assuntos Fundiários durante o governo Leonel Brizola.

**ENTREVISTADOR (ES):** Victor de Araújo Novicki

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção: 1992.

**DATA:** 20/07/1990

**LOCAL:** Rio de Janeiro, RJ

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.apl	04 Fitas K7 / 60min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.apl	03h28min	Sim	Fitas reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.apl	123 páginas	Sim	Transcrição datilografada e revisada a lápis

**DESCRITORES:**

Arrendamento rural  
Assentamento Campo Alegre (Nova Iguaçu/Queimados, RJ)  
Baixada Fluminense (RJ)  
CAF - Comissão de Assuntos Fundiários  
Campo Alegre (Nova Iguaçu, RJ)  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
Despejo  
Famerj – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro  
Fetag/RJ - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro  
Governo Brizola (1983-1987)  
Governo Chagas Freitas (1979-1983)  
Grilagem  
Igreja  
Italva (RJ)  
Loteamento clandestino  
Luta pela terra  
Movimento popular  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Ocupação de terra  
Organização comunitária  
Participação política  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
Representação política  
Violência policial

**SUMÁRIO:**

Fita 1, Lado a – Diz que sua vivência com o problema da terra está relacionada à sua participação na Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro (Famerj); comenta conflitos sociais durante o governo de Chagas Freitas; cita “indústria da reintegração de posse” atuante na época; explica expressão “boi morto”; explica movimento de resistência aos despejos, promovido pela Famerj; comenta sobre questão dos loteamentos clandestinos irregulares também enfrentada naquele período; explica o que seria um loteamento clandestino; afirma que relação dos movimentos de luta pela terra no RJ com o governo Chagas Freitas era de denúncia e resistência; fala sobre pressão política feita para desapropriação de áreas pelo governo; explica relação do aparato policial com os movimentos de resistência na terra (repressão, intimidação, batalhão de choque); conta como e que motivos o levaram a ingressar no governo Brizola enquanto Assessor Especial da Comissão de Assuntos Fundiários (CAF); fala sobre sua “dupla militância” como homem do governo e militante no movimento popular; fala sobre relação do governo Brizola com a questão fundiária; comenta sobre vertente social do programa de governo do Brizola; fala sobre previsão dos conflitos que iriam acontecer no Rio de Janeiro a partir do governo Brizola; comenta sobre Comissão de Emergência para tratar de ocupações urbanas no Rio de Janeiro; opina sobre motivações a essas ocupações; comenta sobre projeto de governo do Brizola “cada família um lote”; conta que foi delegado pela Famerj a representar o Movimento Comunitário na Comissão de Emergência e fala sobre atuação dessa

**NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ**

Comissão durante o período de ocupações e saques; fala sobre surgimento da CAF, ligado à Secretaria de Justiça, durante atuação da Comissão de Emergência; explica motivo da vinculação da CAF à Justiça;

Fita 1, Lado b – Opina sobre motivos que levaram à criação da CAF e sua não-vinculação à Secretaria de Agricultura; diz o que foi vivenciar o conflito em Italva (RJ) após criação da CAF; fala sobre infra-estrutura da CAF no seu período inicial; afirma que não conheciam as contradições da Fazenda de Italva; afirma que missão fundamental era a de remover os obstáculos políticos da transferência das famílias; diz que missão fundamentava-se na possibilidade de desenvolver uma discussão em torno de assentamento na questão rural; comenta sobre obstáculos políticos para transferência das famílias; expõe quem foram os assentados em Italva; fala sobre conflitos que se deram entre esses novos ocupantes da região e os que já lá estavam; explica porque conflitos se acentuaram quando a CAF tenta organizar a situação na fazenda; afirma que não houve uma política de seleção dos assentados; diz que existiram discussões políticas de como fazer um processo de reeducação aos hábitos do meio rural; divide atuação da CAF em duas fases: 1) “apagar incêndio” – dar uma moradia para as famílias; 2) discussão política sobre potencialidades dos assentados; fala sobre discurso do Brizola durante desapropriação de Campo Alegre (Nova Iguaçu, RJ); explica perfil e motivação dos ocupantes da região de Campo Alegre em 1984;

Fita 2, Lado a – Diferencia ocupantes do meio rural dos ocupantes do meio urbano; fala sobre interferência da CAF no conflito em Campo Alegre; fala sobre confronto dos ocupantes de Campo Alegre com grileiros da região; diz que política se voltou para dirimir a violência aos trabalhadores que ocuparam a região; afirma que ocupantes possuíam um conhecimento prévio da situação jurídica dessas terras; opina sobre quem teria apoiado e organizado essa ocupação; questiona se Campo Alegre era uma área viável para ocupação (qualidade do solo); diz que prioridade do governo Brizola eram os CIEPs; explica como que a CAF já tinha conhecimento de que as terras seriam ocupadas; explica como o partido e o governo reagiram às ocupações; fala sobre políticas desenvolvidas pelo governo para o projeto de assentamento em Campo Alegre: imposição da presença ativa do Estado na região e organização da distribuição da terra; opina que processo de distribuição da terra foi democrático, com diálogo com o movimento; fala sobre criação de um projeto emergencial para liberação de recursos do governo para Campo Alegre; comenta sobre distribuição de alimentos para os assentados (1986); opina sobre políticas do Estado para os assentados: concessão e conquista do movimento; comenta sobre erros e distorções em Campo Alegre; fala sobre divisão da fazenda em regionais; explica rotina de procedimentos na CAF diante dos conflitos; explica que auxiliavam às comunidades a se organizarem para facilitar a comunicação entre Estado e população; retoma questão de sua dupla militância;

Fita 2, Lado b – Fala sobre aparelhamento da CAF para trabalho; fala apoio da Secretaria de Planejamento para liberação de recursos à CAF pelo Estado; explica que no meio rural a CAF trabalhou em cima de conflitos (“incêndios”), sem identificação prévia das áreas de tensão, enquanto que no meio urbano isso se deu de forma complementar; afirma que a CAF sempre buscou diálogo com os movimentos sociais (Fetag, Pastoral da Terra, Famerj, entre outros); fala sobre composição do quadro pessoal da CAF e dificuldades deste em se relacionar com o movimento; reafirma que intensificação dos conflitos no período era prevista devido à conjuntura política; explica enfoque da luta do movimento pós governo Brizola; explica expressão “apagar incêndio” a respeito dos movimentos de ocupação no Rio de Janeiro; fala sobre limitações do governo estadual para tratar a questão do campo; responde pergunta sobre não utilização da discriminatória de terras devolutas para o acesso à terra; opina sobre

concorrência dos poderes executivo, legislativo e judiciário para a solução dos conflitos de terra;

Fita 3, Lado a – Diz que regularização do uso da terra por *contrato de arrendamento* foi uma prática anterior ao governo Brizola; comenta sobre discussão de como assegurar que não houvesse retrocessos no governo seguinte; explica escolha de regularizar o uso da terra através da *concessão coletiva de uso*; comenta sobre projeto de cadastramento das famílias nesse contexto; explica que em terras públicas não é possível o *usucapião*; explica porque é a favor do *usucapião* e fala sobre divergências sobre o assunto; fala sobre concessão do título da terra; fala sobre relacionamento entre Fetag e CAF; comenta envolvimento da Fetag e do MST nas ocupações no Rio de Janeiro; comenta sobre negociação entre o Estado e os sindicatos dos trabalhadores rurais; diz que preocupação dos sindicatos não era diretamente voltada para a ocupação da terra, mas para a legislação trabalhista; fala sobre relacionamento do MST com a CAF; fala sobre a relação da Comissão Pastoral da Terra com a CAF; conta sobre situação que exemplifica sua “dupla militância”; opina e explica que as ocupações eram orientadas por diferentes atores sociais conforme cada caso; comenta sobre posicionamento do movimento popular diante do atendimento ou do não-atendimento das reivindicações por parte do governo;

Fita 3, Lado b – Opina sobre relacionamento do governo Brizola com os movimentos populares; explica porque acredita que a política fundiária do governo Brizola tinha maior peso do social do que do econômico; afirma que CAF durou o tempo exato que precisava; fala sobre criação da Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf); comenta sobre importância e benefícios da Siagro ser unida à Seaf; afirma que não houve diálogo sobre a questão fundiária entre o governo de Brizola e o governo federal na figura do Incra; explica motivo da sua afirmativa; conta sobre ocupação na Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que resultou na transferência dos ocupantes para Conceição de Macabu; fala sobre conflitos em Conceição de Macabu gerados pela transferência desses ocupantes da UFRRJ;

Fita 4, Lado único – Continua a falar sobre conflitos em Conceição de Macabu - resultado da ocupação na UFRRJ; fala sobre os problemas vivenciados para se conseguir justificar as desapropriações por utilidade pública durante o governo Brizola; opina sobre a política do do governo Brizola – erros e acertos; opina sobre erros da CAF.



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Aloísio Alves

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Foi Ministro da Administração no governo Sarney (1985-1988) Ministro de Estado da Integração Regional (1994-1995). Foi revisor, repórter e redator dos jornais *A Razão* e *A República* em Natal, RN. Também foi redator-chefe, diretor e gerente do jornal *Tribuna da Imprensa* no Rio de Janeiro, RJ. Fundador e diretor do jornal *Tribuna do Norte* em Natal, RN; Diretor da rádio Cabugi de Natal (1962) e rádio Difusora de Mossoró (1972) e TV Cabugi de Natal (1987), Secretário Geral do governo do estado do Rio Grande do Norte e Chefe do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência social (1943-1969).

**ENTREVISTADOR (ES):** José Carlos Bardawil

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Revista *Senhor*

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “A democratização do funcionalismo – O governo prepara a primeira reforma administrativa do Brasil no ambiente de uma transição democrática. Algo inédito desde Tomé de Souza”.

**DATA:** 23/10/1985

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.aa	06 páginas	Sim	Recorte da entrevista

**DESCRITORES:**

Administração pública  
Reforma administrativa  
Governo Sarney (1985-1989)  
Reforma agrária  
ANC - Assembléia Nacional Constituinte (1988)

**SUMÁRIO:**

Trata da terceira reforma administrativa (sendo a primeira elaborada em regime aberto). Diz que a reforma foi necessária, pois a máquina pública desgastou-se, deteriorou-se, tornou-se incompetente para atender ao Plano Nacional de Desenvolvimento pretendido pelo governo; julga que a reforma administrativa deve começar pelo levantamento de toda a estrutura federal, permitindo assim enxugar os órgãos excedentes; considera que é necessário organizar a carreira do funcionário público; discorre sobre o governo Sarney, sobre a Constituinte e a reforma agrária e defende a posição do governo em todos esses temas.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

ENTREVISTADO(S): Ana Amélia

DADOS BIOGRÁFICOS: Procuradora do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para a pesquisa “Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores. O lugar dos trabalhadores rurais”. Financiamento: Capes. 1997-1998.

DATA: 12/1997

LOCAL: Incra, Brasília, DF

ROTEIRO: ( ) SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

**CLASSIFICAÇÃO:**

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.am	02 Fitas K7 / 60min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro. Há também outra entrevista, com diferente entrevistado, gravada na segunda fita
MP3	MSPP/en. GP.mp3.am	01h13min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.res.am	04 páginas	Sim	Resumo feito pela entrevistadora

**DESCRITORES:**

Capacitação técnica  
Desapropriação de terras  
Descentralização política e institucional  
Desenvolvimento agrário  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Ministério da Justiça  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Pnud - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
Poder local  
TCU – Tribunal de Conta da União  
Projeto Lumiar (Incra)  
Projeto Casulo (Incra)

**SUMÁRIO:**

Fala sobre o processo administrativo para a desapropriação de imóveis; discorre sobre as mudanças do Governo FHC na administração das terras; discorre sobre a indicação política para as Superintendências Regionais do Incra; analisa a política de descentralização da reforma agrária; analisa a relação do governo com os movimentos sociais; fala da relação dos proprietários com o processo administrativo que é emperrado através de recursos; discorre sobre as particularidades de cada estado e superintendências na relação com os trabalhadores e como esta relação pode ou não derrubar superintendentes; fala sobre a necessidade de capacitação técnica do corpo de funcionários do Incra; avalia o decreto que impede a vistoria de áreas ocupadas; comenta que as mudanças institucionais só acontecem por pressão dos movimentos sociais; avalia projetos do Incra e seus limites (Lumiar, Casulo).

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Caio Galvão de França

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Na ocasião da entrevista, coordenador geral do Nead – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Engenheiro agrônomo pela USP – Universidade de São Paulo e mestre em Sociologia pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Filiado ao PT – Partido dos Trabalhadores

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde Servolo de Medeiros

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Coleta de dados para a pesquisa “*Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*” financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

**DATA:** 10/2004

**LOCAL:** NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, Brasília, DF.

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.cf	01 Fita K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.cf	40min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.res.cf	02 páginas	Sim	Resumo da entrevista

**DESCRITORES:**

Agricultura familiar  
Agroecologia  
Assentamento Itamarati (Ponta Porã, MS)  
Assentamento rural  
Censo agropecuário  
Egídio Brunetto (MST)  
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Governo Lula (2003-2006)  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Incrá- Instituto Nacional de Reforma Agrária  
Ministério da Fazenda  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
ONU – Organização das Nações Unidas  
Plano Safra de agricultura familiar  
Procera – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária  
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Pronea - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
Questão de gênero  
Sipra - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

**SUMÁRIO:**

Fita 1 – Lado A - O entrevistado discorre sobre o adiamento do Censo Agropecuário de 2006 e as possibilidades de análise que este proporcionaria; fala do desafio de realizar uma pesquisa qualitativa sobre assentamentos e agricultura familiar; assinala a inexistência de dados que permitam traçar estratégias econômicas e mapear sistemas produtivos; aponta que, na ocasião, os movimentos sociais restringiam-se a pensar políticas de crédito a partir de uma idealização do Procera e, em parte, ignoravam o potencial do Pronaf; ressalta as limitações do banco de dados do Incra, em especial o padrão de alimentação da informação; fala sobre a possibilidade de aplicar questionários em assentamentos em conjunto com o IBGE; comenta a incapacidade do Incra para realizar o cadastramento de terras; avalia que o Incra é visto como “negociador” em relação à questão fundiária, aquele que “dilapidou o patrimônio público”; trata da necessidade de pesquisas e debates sobre as experiências de crédito; ressalta que o debate sobre a função social da terra estaria congelado pelos juristas e que seria preciso produzir uma crítica da cultura jurídica, do ponto de vista processual e constitucional; discorre sobre o “silêncio envergonhado” tanto do Estado quanto dos movimentos sociais acerca da forma de financiamento da reforma agrária – que acabaria por dificultar a relação do MDA com o Ministério da Fazenda; explica o fracasso do Banco da Terra em outros países; defende que não há modelo ideal de produção agrícola e a necessidade de trazer o tema da cooperação para o debate sobre gestão e políticas públicas; ressalta que é preciso refletir criticamente acerca dos pacotes tecnológicos e da produção de conhecimento nas ciências agrônomicas; aponta que experiências como a Agroecologia, por exemplo, são embrionárias; afirma que há um peso muito grande em alguns temas da reforma agrária como concentração fundiária e democratização da terra em detrimento da discussão sobre a dinâmica da reforma e das

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

políticas de agricultura familiar; destaca que todos os debates em voga sobre política internacional, transgênicos e ações contra o latifúndio, apesar de desarticulados, questionam o modelo agrícola vigente; afirma que a reforma agrária é disputa política; defende um programa não dogmático e com a capacidade de “alinhar as coisas”; discorre sobre o controle fitossanitário como inviabilizador da agricultura familiar; afirma que, como gestor, tinha a impressão de que “não se consegue identificar as áreas potenciais de disputa de um novo modelo e nem articular aquelas em que já estão envolvidos”; propõe a combinação de políticas estruturais com assistenciais; discute as limitações do estereótipo construído acerca do camponês; ressalta a dificuldade do gestor público em olhar o assentamento a partir de categorias; afirma que aquele seria o momento de afirmação e consolidação de instrumentos políticos no Estado brasileiro, como o Pronaf;

Fita 1 Lado B - Cita a ONU e o tema da insegurança alimentar; trata das conseqüências da ampliação dos mercados de *commodities* agrícolas e de terra; defende que é preciso refletir sobre os impactos do comércio internacional e integração regional nas políticas de desenvolvimento e reforma agrária; discorre sobre assistência técnica e a ausência de levantamentos sobre o assunto; afirma que a reforma agrária deve ter maior participação dos poderes locais, mas não é a favor da descentralização; discute a evasão dos assentamentos e a falta de dados quantitativos para, de fato, medi-la; ressalta a questão de gênero e outras políticas afirmativas.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Carlos Lorena

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Engenheiro agrônomo nascido em 1914. Foi combatente da Revolução Constitucionalista de 1932. Na década de 1960, trabalhou na Secretaria de Agricultura de São Paulo, tendo sido um dos elaboradores do Plano de Revisão Agrária. Foi diretor de cadastro e tributação do Incra, bem como um dos fundadores da ABRA. Recebeu vários títulos, entre eles o de Advogado Honorário (Instituto Paulista de Direito Agrário) e o de engenheiro agrônomo do ano (1977 - ESALQ). Faleceu em 1987. Carlos Lorena foi um dos formuladores do projeto do Estatuto da Terra, durante o governo Castello Branco.

**ENTREVISTADOR(ES):** Regina Ângela Landim Bruno e Abdias Vilar de Carvalho

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para pesquisa de Regina Ângela Landim Bruno e Abdias Vilar de Carvalho sobre Estatuto da Terra, com publicação posterior denominada: "O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto". *Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRRJ), v. 4, p. 5-31, 1995.

**DATA:** 06/07/1984

**LOCAL:** Sede da Abra, Campinas, SP

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:** Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2014. Há trechos no meio da entrevista (entre as fitas 2 e 3) que foram apagados e não mais se encontram disponíveis para consulta.

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**Série:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7/ CD	MSPP/en GP.k7.calo	03 fitas k7/ 60min	Não	Áudio e suporte físico em estado regular. Há perda de material da entrevista entre as fitas 2 e 3.
MP3	MSPP/en GP.mp3.calo	02h23min	Sim	Faixas reunidas em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en GP.trans.calo	42 páginas	Sim	Digitada



**DESCRITORES:**

Estatuto da Terra  
Eudes de Souza Leão Pinto (presidente do Inda)  
Fazenda Pirituba (SP)  
Fazenda Sarandi (RS)  
Golbery do Couto e Silva (chefe do SNI, 1964-1967)  
Governo Carvalho Pinto (Estado de SP, 1959-1963)  
Governo Castello Branco (1964-1967)  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural  
João Pacheco Chaves (político)  
Paulo de Assis Ribeiro (presidente do Ibra)  
Política de desapropriação  
Processo de desapropriação  
PSD – Partido Social Democrático  
Reforma agrária  
Supra – Superintendência de Política Agrária  
UDN – União Democrática Nacional

**SUMÁRIO:**

Fita 1, Lado A: Inicia a entrevista descrevendo perfil de Castello Branco e o interesse pessoal do general para o assunto da reforma agrária; apresenta as diferentes características de Paulo de Assis Ribeiro e Eudes Souza Leão, presidentes do Ibra e Inda; cita os usineiros do nordeste e do sudeste, indicando as diferentes visões de ambos; relembra a oposição de Magalhães Pinto ao projeto de Castello Branco para reforma agrária; apresenta um perfil dos diferentes partidos diante do projeto de reforma agrária; tece críticas a respeito do recenseamento feito pelo IBGE em 1960.

Fita 1, Lado B: Descreve a classificação da terra existente no Brasil e o esforço de elaboração de dados estatísticos; separa o Estatuto em duas linhas básicas: desapropriação e ITR; fala sobre o envolvimento dos militares no projeto, citando especificamente Golbery do Couto e Silva.

Fita 2, Lado A: Relembra os trabalhos financiados por agências internacionais realizados na Fazenda Sarandi e Granja Brilhante; tece críticas à condução da desapropriação dessas fazendas e do tipo de atuação desempenhado pela Supra; cita o papel e obra de Messias Junqueira durante a redação do projeto do Estatuto da Terra; frisa a atitude de João Pacheco Chaves como opositor ao projeto no Congresso.

Fita 2, Lado B: Descreve um seminário organizado pelo grupo de São Paulo para reunir os representantes mais contra e os mais a favor do projeto, a fim de encontrar algum consenso; descreve o projeto de reforma agrária norte-americana.

Fita 3, Lado B (lado A apagado): Relembra o Plano de Revisão Agrária durante o governo de Carvalho Pinto; descreve os problemas para desapropriação da Fazenda Pirituba em São Paulo;

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**faz um panorama sobre a conjuntura política existente, após eleição de Tancredo Neves; apresenta sua opinião sobre a Supra e sua pecha de "antro comunista".**



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Carlos Mário Guedes de Guedes

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Na época da entrevista, superintendente de Reforma Agrária do Incra nacional. Ligado ao PT – Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde Servolo de Medeiros

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Coleta de dados para a pesquisa *Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*, financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

**DATA:** 22/07/2004

**LOCAL:** Incra, Brasília, DF.

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. LNST.K7.che (Fita 2 lado B) e MSPP/en. GP.K7.gg	02 Fitas K7 / 60 min	Não	O início desta entrevista está gravado no final da entrevista MSPP/en. LNST.K7.che (Fita 2 lado B)
MP3	MSPP/en. GP.mp3.gg	01h23 min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.gg	19 páginas	Sim	Digitada

**DESCRITORES:**

Acampamento rural  
Agricultura familiar  
Agroecologia  
Agronegócio  
Assentamento rural  
Assistência técnica  
Banco Mundial  
CCAs - Centrais de Cooperativas Assentados  
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil  
Controle ambiental  
Cooperativismo  
Crédito rural  
Crenor – Cooperativas de Crédito Rural  
Desapropriação de terra  
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
Filipinas  
Fórum Social Mundial (V, 2005)  
Governo FHC (1995-2002)  
Governo Lula (2003-2006)  
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Miguel Rosseto (Ministro MDA)  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Neoliberalismo  
ONU - Organização das Nações Unidas  
Paes – Programa de Acompanhamento das Empresas Sociais  
Petrolina (PE)  
Plano Safra de Agricultura Familiar  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (2º, 2003)  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
Polígono da Maconha (Vale do São Francisco, PE)  
PPA – Plano Plurianual (Governo FHC 1998)  
Procera – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária  
Projeto de assentamento  
Projeto Lumiar (Incra)  
Projeto Terra Sol (Incra)  
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Raul Belens Jungmann Pinto (ministro MDA)  
Sipra - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária  
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural  
Vale do São Francisco

**SUMÁRIO:**

Fita 1 lado B - O entrevistado fala sobre a discussão da reforma agrária no plano internacional; explica o objetivo do Comitê de Reforma Agrária e Desenvolvimento da FAO; ressalta o papel do neoliberalismo na dissolução da reforma agrária; afirma que o MST apóia a iniciativa do PNUD; fala sobre o Fórum Social Mundial de 2005 e o 2º PNRA; discorre acerca do desafio de realizar uma reforma agrária frente à estrutura pública; trata do legado do governo FHC para os movimentos sociais; analisa as desapropriações de 2004; fala sobre as monoculturas, principalmente da soja e afirma que persiste o ideal de quantidade sob qualidade no governo Lula; ressalta a necessidade de reestruturação da assistência técnica e extensão rural nos assentamentos e de políticas públicas que levem serviços aos assentados; fala sobre o caráter patriota do agronegócio *versus* o desafio de promover a agricultura familiar ou camponesa; discorre sobre o Pronaf; compara o governo Lula e governo FHC em relação à reforma agrária e movimentos sociais; afirma que o Incra pretende “sair do plano simbólico para a efetividade”; ressalta as contradições do discurso que prega a agricultura familiar como complementar ao agronegócio; discute o papel da assistência técnica; fala sobre o Incra durante o governo FHC; aborda a tentativa do Incra de retomar a assistência técnica multidisciplinar; explica os contratos plurianuais do governo FHC; fala sobre o papel das cooperativas do MST; fala sobre o Projeto Lumiar; explica o financiamento a fundo perdido; discute as propostas para combater a degradação ambiental;

Fita 2 lado A - discorre sobre a incorporação da agroecologia no 2º PNRA; aponta para a falta de um instituto de pesquisa que colabore efetivamente com o Incra; fala sobre o projeto Terrasol; fala sobre a parceria do Incra com a Concrab e sobre o Paes; aponta as experiências de linhas de crédito na bacia do médio São Francisco; apresenta os impedimentos estruturais do Incra para a realização da reforma agrária no Brasil; fala sobre financiamentos e titulação da terra; defende projetos de assentamento que visam a autonomia futura das famílias; fala sobre os critérios de seleção das famílias sem terra para os projetos de desapropriação e as áreas prioritárias de reforma agrária; critica a ideia da reforma agrária exclusiva para aqueles que sempre viveram da terra; discorre acerca das péssimas condições em que sobrevivem as famílias acampadas; ressalta a burocracia envolvida na avaliação de imóveis rurais; explica as diversas fases de classificação de um assentamento e o plano de recuperação; fala sobre os problemas do Sipra e a intenção do cruzamento de dados com o SNCR – Sistema Nacional de Cadastramento Rural; fala sobre o ITR;

Fita 2 lado B - Avalia a relação do Incra com os movimentos sociais; conta que os funcionários do Incra demandam visitar os programas de assentamento e ressalta o distanciamento desta instituição da “realidade do país”; lê os critérios eliminatórios e classificatórios na seleção de famílias assentadas.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Celso Barros Coelho

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Vice-líder do PFL e deputado pelo estado do Piauí no momento da entrevista. Nasceu em Pastos Bons (MA) em 11/05/1922. É jurista, professor e político. Foi deputado estadual (1963-1964) e deputado federal pelo Piauí (1975-1979 e 1983-1987). Procurador autárquico federal aposentado, escritor e membro da Academia Piauiense de letras, da qual foi Presidente (1998-2000).

**ENTREVISTADOR (ES):** Gerson Menezes

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Jornal de Brasília

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “PNRA é pedra fundamental”

**DATA:** 16/10/1985

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.cb	02 páginas	Sim	Fotocópia do periódico

**DESCRITORES:**

Assembleia Nacional Constituinte (1987)  
Capitalismo  
Conflito por terra  
Direito à propriedade  
Especulação imobiliária  
Forças armadas  
Governo Sarney (1985-1989)  
Latifundiário  
Partido político  
Pequeno produtor rural  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)  
Reforma Agrária  
Trabalhador rural

**SUMÁRIO:**

Explica o que é o PNRA e comenta os seus principais limites e possíveis alcances; considera que o Plano não será capaz de efetuar a reforma agrária, mas representa um primeiro passo nesse sentido; explica em que sentido o Plano pode ser considerado frustrante e em que medida ele significa um avanço; avalia o alcance do Plano em um contexto próximo a realização de uma Constituinte; comenta os motivos que levaram o presidente a recuar em algumas propostas do Plano; defende um tratamento particularizado para os conflitos por terra; considera que o Nordeste será pouco beneficiado pelo Plano, pois ele não provocou uma alteração nas relações entre latifundiário e trabalhador rural; questionado sobre a avaliação do senador Jutahy Magalhães (PFL-BA), que considera os setores imobilistas da sociedade como os opositores da reforma agrária, discorda e argumenta que esses setores, que não são detentores da propriedade, desejam uma reforma agrária nos termos que os beneficiam; comenta a posição da Igreja em relação à reforma agrária e os limites de sua posição; considera que os partidos políticos têm pouca capacidade de contribuir para o debate sobre reforma agrária; por fim, mostra não acreditar na possibilidade de uma reforma agrária que atenda à função social da propriedade no âmbito do Estado atual.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Coronel Carlos Magno Nazaré Cerqueira

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Ex-secretário da Polícia Militar do governo Leonel Brizola (1983-1987).

**ENTREVISTADOR (ES):** Victor de Araújo Novicki

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção: 1992.

**DATA:** 18/06/1990

**LOCAL:** Rio de Janeiro, RJ.

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:** Além da transcrição propriamente dita, há fichas de pesquisa elaboradas à caneta pelo entrevistador acerca dos principais assuntos e temas abordados na gravação.

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.K7.cc	01 Fita K7 / 60 min	Não	O início do lado B tem uma interferência, mas logo depois o som volta ao normal
MP3	MSPP/en. GP.mp3.cc	53min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.cc	26 páginas (transcrição)  05 fichas	Sim	Transcrição datilografada com cópia e com revisão do texto à caneta. Resumo à caneta feito pelo entrevistador



**DESCRITORES:**

Corrupção  
Democracia  
Direito de greve  
Direitos humanos  
Campanha Diretas Já (1982)  
Ditadura militar (1964-1985)  
Exército Brasileiro  
Governo federal  
Governo Leonel Brizola (1983-1987)  
Governo Moreira Franco (1987-1991)  
Governo Sarney (1985-1989)  
Luta pela terra  
Paulo Brossard (ministro da justiça)  
Ocupação de terra  
Polícia Civil  
Polícia Militar  
Segurança pública  
Violência policial

**SUMÁRIO:**

Avalia a separação da Secretaria de Segurança em Polícia Militar e Polícia Civil no governo Brizola e os impactos no movimento de luta pela terra; trata do relacionamento do governo Brizola com o Governo Federal; analisa a valorização da corporação pelo governo estadual; aponta a mudança do tratamento e abordagem da polícia com a população; avalia a violência no governo Moreira Franco e a criação do Conselho de Direitos Humanos; discorre sobre a cultura histórica de violência policial e dificuldades na mudança desta cultura; apresenta o caso da Fazenda Barreiros em Paracambi; aborda a relação da PM com grupos organizados como Fetag, MST e Pastoral da Terra; fala do papel da polícia em regimes democráticos; analisa a situação policial no governo Chagas Freitas; discorre sobre as complicações com o jogo do bicho.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Dryden Castro de Arezzo

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Graduado em Ciências Agrônomicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1954) e em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes (1969). Foi presidente do Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e responsável pela implementação da “agricultura de grupos” durante sua gestão.

**ENTREVISTADOR (ES):** Joaquim Calheiros Soriano

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista desenvolvida para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”.

**DATA:** 24/08/1982

**LOCAL:** Niterói, RJ

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.K7.dd	02 Fitas K7/60 min	Não	Fitas em bom estado de físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.dd	02h03min	Sim	Fitas 1 e 2 reunidas em em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	Não há			

**DESCRITORES:**

Agricultura familiar  
AI-9 – Ato Institucional nº 9  
Altamira (PA)  
Amazônia  
Baixada Fluminense (RJ)  
Bela Vista (AM)  
Cepac - Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira  
Classe patronal  
Cooperativa Agrícola de Cotia (SP)  
Cooperativa Pindorama (Goiânia, Goiás)  
Cooperativismo  
Crédito agrícola  
Darcy Ribeiro (acadêmico)  
Duque de Caxias (RJ)  
Estatuto da Terra  
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
Farsul – Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul  
Fazenda Caixão (Duque de Caxias, RJ)  
Fazenda Piranema (Duque de Caxias, RJ),  
Fazenda Rebojo (Presidente Prudente, SP)  
Fazenda São José da Boa Morte (Cachoeiras de Macacu, RJ)  
Gebam – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas  
Gera - Grupo Executivo de Reforma Agrária  
Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins  
Governo Castello Branco (1964 - 1967)  
Governo Costa e Silva (1967 - 1979)  
Governo João Goulart (1961 - 1964)  
Governo Médici (1969 - 1964)  
Governo Vargas (1937-1945)  
Grilagem  
GTB - Grupo de Trabalho da Baixada  
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
Iguatemi (MS)  
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
Itaguaí(RJ)  
Luiz Fernando Cirne Lima (MA)  
Macaé (RJ)  
Marubaí (Cachoeiras de Macacu, RJ)  
Ministério da Agricultura  
Monte Alegre (PA)  
Ocupação de terra  
Papucaia (Cachoeiras de Macacu, RJ)  
Paracambi (RJ)  
Paulo Freire (educador)  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
Pecuária bovina

Projeto de Colonização  
Projeto de Colonização São Bento (RJ)  
Rede Globo  
Regularização fundiária  
Rio Tinto (PB)  
Santa Cruz (RJ)  
Socialismo  
Supra - Superintendência de Reforma Agrária  
Tinguá (Miguel Pereira, RJ)  
Transamazônica  
Vale do Ribeira (SP)  
Vargem Grande (RJ)

### SUMÁRIO:

Fita 1 lado A - Fala sobre sua gestão no Ibra; apresenta os projetos de assentamento que idealizou em Papucaia (RJ) e Marubaí (RJ); explica o sistema que nomeou “agricultura de grupos”; discorre sobre o associativismo na lei brasileira; aponta problemas do tradicionalismo na gestão de cooperativas; narra a experiência da agricultura de grupos em Iguatemi (MS) em 1968 e a organização dos agricultores; discorre sobre os assentamentos da fazenda Rebojo (SP) e Rio Tinto (PB) e as características das terras da região como a divisão do trabalho e renda entre as famílias; destaca a origem europeia do termo “agricultura de grupo”; ressalta a dificuldade dos assentados em obter crédito e autonomia dos subsídios estatais; consequências da fusão do Ibra com o Inda, e criação do Incra em 1970; fala sobre sua relação com os generais da ditadura militar e da participação no Grupo Interministerial de Reforma Agrária; aborda a elaboração do Estatuto da Terra;

Fita 1 lado B - Critica a estrutura do Incra, Getat, Gebam e atividades de extensão rural durante os governos Castelo Branco e Costa e Silva; fala sobre a influência de Paulo Freire e Darcy Ribeiro em sua formação; fala sobre o poder político das autarquias; qualifica programas de colonização e regularização fundiária como procedimentos para “mascarar” a reforma agrária no governo Médici; cita Altamira (PA); discorre sobre Marubaí (RJ) e a desapropriação de São José da Boa Morte em 1969;

Fita 2 lado a - Ressalta o “paternalismo estatal” como uma característica dos projetos de colonização; volta a falar do processo de Marubaí (RJ); ressalta a carga emocional presente nas famílias transferidas para áreas de colonização; critica pesquisadores e acadêmicos que analisam os processos do campo brasileiro a partir do mesmo referencial teórico; discorre sobre socialismo e reforma agrária; fala da resistência que enfrentou no Incra a empreendimentos coletivos; analisa o agricultor brasileiro como individualista; fala sobre sua formação profissional; afirma que, no Governo Vargas, os colonos eram tratados como “vassalos” em um modelo autoritário; descreve as experiências de fortalecimento comunitário em Santa Cruz (RJ), Papucaia (RJ) e Macaé (RJ); fala sobre seu trabalho de educação de base no Espírito Santo e histórico profissional; comenta a implantação de uma gleba no Vale do Ribeira (SP) e Vargem Grande (RJ); conta as propostas que recebeu para cargos políticos;

Fita 2 lado B - Afirma que o projeto do PTB e do Governo João Goulart voltou-se para a ascensão das camadas populares; narra os processos de ocupação em Paracambi (RJ) e

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

desapropriação da Fazenda de Santa Cruz (RJ), em 1962; apresenta seu conflito com uma repórter da Rede Globo; discorre sobre a prática de grilagem e interesses de políticos locais nas invasões de terras; fala sobre o surto de malária na Baixada Fluminense, em 1939; novamente fala sobre Papucaia (RJ); trata da experiência da Cooperativa Pindorama (GO), hoje pertencente à indústria Maguary; analisa o problema dos minifúndios urbanos, fora da jurisdição do Incra; fala sobre os italianos e japoneses trazidos para a colonização de Papucaia (RJ); analisa a atuação da Supra; discorre sobre seu trabalho no GTB; por fim, discute a tese do entrevistador, e as razões para a escolha de Marubaí (RJ) como objeto de pesquisa e indica as melhores maneiras de abordar o tema.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Edgar Ribeiro de Sousa

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Ex-secretário executivo da CAF – Comissão de Assuntos Fundiários. A Comissão foi criada e extinta durante o Governo Brizola (1983-1987).

**ENTREVISTADOR (ES):** Victor de Araújo Novicki

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção: 1992.

**DATA:** 17/06/1990

**LOCAL:** Rio de Janeiro, RJ.

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ**

**MATERIAL:**

<b>TIPO</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO</b>	<b>DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA</b>	<b>OBS:</b>
<b>FITA K7</b>	<b>MSPP/en. GP.K7.ers</b>	<b>01 Fita k7/ 60 min</b>	<b>Não</b>	<b>A entrevista era originalmente composta por 03 fitas, mas o entrevistador reutilizou as fitas 1 e 3 para outras entrevistas. O áudio disponível corresponde apenas ao da fita 2.</b>
<b>MP3</b>	<b>MSPP/en. GP.mp3.ers</b>	<b>00h59min</b>	<b>Sim</b>	<b>Lados A e B reunidos em em única faixa em formato MP3/320kbps</b>
<b>TRANSCRIÇÃO</b>	<b>MSPP/en. GP.trans.ers</b>	<b>37 páginas  11 fichas</b>	<b>Sim</b>	<b>Transcrição incompleta manuscrita (Contém apenas trechos da versão completa).  Resumo à caneta elaborado pelo entrevistador</b>

**DESCRITORES:**

ANC – Assembléia Nacional Constituinte (1988)  
Assentamento Campo Alegre (Nova Iguaçu/Queimados, RJ)  
CAF - Comissão de Assuntos Fundiários (RJ)  
Carlos Alberto Caó (deputado estadual)  
Constituição Federal Brasileira (1988)  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
Fazenda Barreiros (Paracambi, RJ)  
Conceição de Macabu (RJ)  
Fazenda Morro das Cinzas (Magé, RJ)  
Fazenda Santa Rosa (Valença, RJ)  
Fernando Moura (CPT - RJ)  
Fetag/RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro  
Governo Brizola (1983-1987)  
Governo Chagas Freitas (1979-1983)  
GTA - Grupo de Trabalho de Assuntos Fundiários (RJ)  
Guaratiba (RJ)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Iterj – Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro  
João Bastos (liderança)  
Laerte Bastos (liderança)  
Latifúndio  
Lei de Terras (1850)  
Magé (RJ)  
Marcelo Alencar (PDT)  
Miguel Presburguer (advogado)  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Nova Iguaçu (RJ)  
Paraty (RJ)  
PDT- Partido Democrático Trabalhista  
Polícia Civil  
Polícia Militar  
Queimados (RJ)  
SEAF - Secretaria de Habitação e Trabalho (RJ)  
Siagro/RJ – Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro  
Violência policial  
Xerém (RJ)

**SUMÁRIO:**

Fita 1- Edgar Ribeiro de Sousa narra seu envolvimento com o movimento estudantil; fala de sua formação como advogado; aborda o programa do PDT – Partido Democrático Trabalhista; fala da criação da CAF; trata os conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro durante a ditadura militar e no período da redemocratização; aponta os casos das áreas de Xerém (RJ), Italva (RJ) e Campo Alegre (RJ); aborda a prática de grilagem; narra a motivação do movimento



**NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ**

de trabalhadores para recuperar terras perdidas na ditadura; a política de assentamentos do governo Brizola; trata do estímulo a ocupações por meio de uma política que evitava o despejo; aborda o caso da Fazenda Barreiros (RJ); avalia a estrutura da Comissão e sua relação com lideranças dos movimentos sociais como Laerte Bastos e João Bastos; avalia a relação dos técnicos com os trabalhadores rurais no assentamento; aponta as práticas de despejo do então Prefeito Marcelo Alencar (PDT) na região de Guaratiba; trata da especulação imobiliária; avalia o destaque do assentamento Campo Alegre (RJ)

Fita 2 - fala da resistência de Brizola à criação do Iterj - Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro; aborda as características da ação discriminatória de terras, da indenização por desapropriação de terceiros de boa-fé e desapropriação por utilidade pública; avalia a postura dos poderes Legislativo e Judiciário em relação à questão agrária; trata da mídia no período; fala das relações da Fetag/RJ, Incra, Comissão Pastoral da Terra e MST com a CAF; aponta o papel de mediadores como Miguel Presburguer e Fernando Moura; analisa a disputa entre os movimentos sociais; discorre sobre a prática do clientelismo; avalia os efeitos da “politização do movimento”; analisa o perfil dos trabalhadores de ocupações urbanas no Rio de Janeiro; faz comparação entre os Governos Brizola e Chagas Freitas em relação à violência policial; fala da extinção da CAF e criação da SEAF - Secretaria de Assuntos Fundiários;

Fita 3 - Aponta as dificuldades burocráticas para estabelecer convênios entre a CAF e o Incra; fala do projeto das fazendas experimentais e seu uso pelo governo; analisa as indenizações por desapropriação a preço de mercado; faz uma avaliação geral do Governo Brizola; discorre sobre o conceito de usucapião; discute a legislação agrária no Brasil e as conseqüências para a reforma agrária.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Eraldo Maués

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Graduado em História pela UFPA; Presidente do Diretório da Juventude da Ação Católica; Professor do NAEA; Coordenador do NAEA; Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA.

**ENTREVISTADOR(ES):** Luciano Leal Almeida.

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado de Luciano Leal Almeida, intitulada *Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)*, defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**DATA:** 2009

**LOCAL:** Pará

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/en.GP. mp3.erma	45min	Sim	Áudio já disponível em formato digital
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.GP. trans.erma	06 páginas	Sim	Transcrição não literal feita pelo entrevistador

**DESCRITORES:**

Auriléia Abelém (diretora Plades)

CAT – Centro Agroambiental de Tocantins

CPDA – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ)

Fata – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia

Jean Hébette (coordenador NAEA)

Jean Hébette (professor UFPA)

Lasat – Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Plades – Planejamento do Desenvolvimento/UFPA

PDTU – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/UFPA

Questão ambiental

Sindicalismo rural

Trabalhador rural

Transamazônica

UFPA – Universidade Federal do Pará

UnB – Universidade de Brasília

**SUMÁRIO:**

Inicia falando de sua formação e atuação profissional; 1971: inscrição para ser professor da UFPA; Diz que, como estudante, participou ativamente das atividades estudantis; Comenta ligação com a Juventude da Ação Católica em Belém; Cita greve realizada em 1961 que propunha reforma da universidade; Fala que teve problemas no concurso na época por ter sido considerado comunista; Diz que estatuto da Universidade na época previa realização de mestrado e doutorado; Conta que foi para a UnB fazer mestrado; Fala do período em que começou a trabalhar no NAEA e sobre a situação interna desse Núcleo na época; 1985: democratização, eleição dos órgãos da universidade, mudança política no NAEA e aprovação do CAT; Contexto em que entra como coordenador do NAEA; Diz que houve discussão dentro do NAEA sobre a criação do programa do CAT, mas que o que levou à criação foi a pesquisa preliminar sobre a região realizada por Jean Hébette; Explica como ele, enquanto coordenador do NAEA, e sua vice, enxergavam o projeto do CAT no período; Afirma que havia apoio ao CAT também fora do NAEA; Explica surgimento do NAEA em 1971; Diz que Jean Hébette apesar de economista se aproximava mais das Ciências Sociais; Explicita diferenças existentes entre as gestões anteriores no NAEA em relação à que se configurou com sua entrada como coordenador; Fala sobre interesse de sua gestão em fortalecer a atividade acadêmica e também de ter uma atuação política; Diz que isso foi concretizado através do CAT; Explica conflito de Jean Hébette e Raul Navegantes com outros pesquisadores do NAEA; Afirma que conflito se dava devido à ausência de uma formação pós-graduada dos dois; Explica porque discorda com posicionamento desses pesquisadores em relação aos dois; Conta que não acompanhou muito as críticas feitas ao CAT durante coordenação do NAEA por Raul Navegantes e Jean Hébette porque estava como diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Comenta sobre rigor das exigências formais da pós-graduação na época; Cita período de coordenação do Plades da professora Auriléia Abelém e queda do conceito do curso

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

com sua saída; Diz que situação foi utilizada para atacar Jean Hébette e Raul Navegantes; Diz que grupo que apoiava Jean Hébette e Raul Navegantes se retirou do NAEA na época em que os dois saíram; Diz que desde então não retornou como professor ou pesquisador do NAEA; Fala sobre contato que manteve com o CAT depois que saiu do NAEA e desdobramento dos cursos no período posterior ao fim do CAT; Fala sobre criação de um programa interdisciplinar que ocupou o lugar do CAT; Diz que Jean Hébette é colaborador do programa; Opina sobre atuação do CAT; Comenta conflito que resultou no seu afastamento e de outros pesquisadores do NAEA.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Eugênio Conoly Peixoto

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Ex-assessor da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e, no momento da entrevista, Secretário de Desenvolvimento Agrário do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde Servolo de Medeiros e Carmem Deere

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Coleta de dados para a pesquisa *Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*, financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

**DATA:** 19/07/2004

**LOCAL:** Não consta

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.ecp	01 Fita k7/60min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.ecp	01h02min	Sim	Lados A e B reunidos em em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans. ecp	16 páginas	Sim	Digitada

**DESCRITORES:**

Acampamento Sebastião Lan (Casemiro de Abreu, RJ)  
Assistência técnica  
Banco da Terra  
Banco Mundial  
Cooperação técnica  
Crédito fundiário  
Desenvolvimento rural  
Governo FHC (1995-2002)  
Governo Lula ( 2003-2006)  
Igreja  
Programa Cédula da Terra  
Programa Nossa Primeira Terra  
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Reforma agrária de mercado  
Regularização fundiária  
Sindicalismo rural  
Descentralização política e institucional

**SUMÁRIO:**

Fita 1 lado A – Fala sobre a necessidade de a reforma agrária ser uma política de desenvolvimento ao invés de política social e a dificuldade de impor isso ao Incra; fala sobre as concepções de reforma agrária e o agronegócio; analisa a parceria entre o Estado, Contag, Fetraf, movimentos sociais em geral, para implementação da reforma agrária; discorre sobre a necessidade de se constituir autonomia do grupo assentado perante o Estado; fala sobre a construção de uma rede de instituições de apoio à reforma agrária junto ao Incra; fala das terras agricultáveis; avalia as instâncias e trâmites para a reforma agrária (Condraf, Ater, secretarias etc); aponta à construção de uma gestão descentralizada de reforma agrária; aborda as diferentes realidades fundiárias e produtiva nos estados para avaliar o sucesso ou fracasso da reforma agrária; fala sobre o acesso à terra através do crédito fundiário e o MST; avalia a participação dos movimento sociais na gestão pública como forma de controle social; faz críticas à ideologização da reforma agrária; analisa a relação do Ministério Público com a compra de terras; fala sobre a política do PSDB e o embate com o MST; analisa as diferenças territoriais para a construção de instrumentos diferenciados para implementação da reforma agrária; discorre sobre o latifúndio e o agronegócio como projetos políticos comuns; fala sobre a emancipação dos assentamentos; trata das diferentes demandas territoriais (estaduais e regionais) de reforma agrária; fala sobre as metas dos programas de governo; fala sobre a necessidade de enfrentar as dificuldades encontradas nos programas de modo a resolvê-las; discorre sobre o desenvolvimento e pagamento da terra a partir do Programa Cédula da Terra, sobre os beneficiários e a dificuldade de gestão coletiva nos projetos de assentamento; fala sobre a construção de um sistema unificado para o cálculo do preço da terra e por fim se atém à relação do MDA e Incra.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Fernando Lyra

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Era Ministro da Justiça do governo Sarney no momento da entrevista, cargo que exerceu entre 1985 e 1986. Nasceu em Recife, em 1938, vindo a falecer em 2013. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Caruaru em 1964. Exerceu seis mandatos de deputado federal.

**ENTREVISTADOR (ES):** Ingrid Rocha

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Jornal de Brasília

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “SNI pode servir à democracia, diz Lyra”

**DATA:** 27/07/1985

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.fl	04 páginas	Sim	Fotocópia de recorte do periódico

**DESCRITORES:**

Assembleia Nacional Constituinte (1987)  
Capitalismo  
Constituição Federal (1946)  
Constituição Federal (1988)  
Democracia  
Direito à propriedade  
Economia  
Estado democrático  
Governo Sarney (1985-1989)  
Legislação agrária  
Ministério da Justiça  
Modernização da agricultura  
Nova República  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
Partido político  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)  
Reforma Agrária  
Repressão política  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
Tancredo Neves (presidente eleito 1985)

**SUMÁRIO:**

Destaca que a Constituinte tem sido percebida pelo povo como uma possibilidade de concretizar mudanças; ressalta que as mudanças na sociedade já aconteceram e explica que a Constituinte cumpre o papel de adequar a legislação às mudanças; considera que os mecanismos de consolidação das transformações já existentes são uma nova constituição e um novo arranjo partidário; discorre sobre o sistema partidário e o regime democrático no Brasil, que considera ter uma estrutura particular em relação ao restante do mundo; fala sobre as forças que são a favor e contra o PNRA; explica que a Constituinte não altera o regime econômico do Brasil e sim o regime do governo; elucida a diferença entre as conjunturas que levaram a elaboração das Constituintes em 1946 e 1986; fala sobre o processo de modernização social no Brasil, destacando o lugar da reforma agrária nesse debate; justifica a escolha de membros com trajetórias divergentes para compor a Constituinte; comenta as críticas que tem recebido da OAB e destaca a sua posição ao ressaltar que a Constituinte é um problema político e não um problema jurídico; explana sobre como enfrentou a transferência de poder de Tancredo Neves para José Sarney, ressaltando o papel do Ministério da Justiça nesse processo; comenta ainda o trabalho dos juizes no julgamento de militares que estiveram comprometidos com a repressão; explica como a mudança de regime político tem impactado no PMDB; fala brevemente sobre as diferenças políticas entre os ministérios no governo Sarney e esclarece porquê é tido como o ministro mais informal do governo.



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Fernando Santana

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Deputado e presidente da Comissão Especial de Reforma Agrária no momento da entrevista. Nasceu em Irará/BA, em 1915, vindo a falecer em 2012. Nasceu em Irará (BA), em 10/10/1915. Formou-se em 1944 no curso de Engenharia da então Escola Politécnica da Bahia. Ingressou na política elegendo-se deputado federal, cargo que exerceu até a eclosão da ditadura, em 1964. Retomou a carreira parlamentar, elegendo-se deputado federal em 1983, 1987 e para a Assembleia Nacional Constituinte.

**ENTREVISTADOR (ES):** Não identificado

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Tribuna da Imprensa

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “A luta pelo fim dos latifúndios no País”

**DATA:** 06/10/1985

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.fs	03 páginas	Sim	Fotocópia de recorte do periódico

**DESCRITORES:**

Conflito por terra  
Direito à propriedade  
Direito agrário  
Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins  
Governo Sarney (1985-1989)  
Latifundiário  
Plínio de Arruda Sampaio  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)  
Reforma Agrária  
Trabalhador rural

**SUMÁRIO:**

Fala sobre o processo de elaboração e encaminhamento do PNRA e avalia que as sugestões ao Plano consideradas de pouca utilidade favorecem os grandes proprietários; julga que o país está com cem anos em atraso no que se refere à realização da reforma agrária e considera que o PNRA é um plano modesto e exequível; discorre sobre um dos pontos polêmicos do Plano, que é a discussão sobre a desapropriação; avalia os limites da reforma agrária em curso e considera que o caminho possível para efetivar uma reforma agrária no país é por meio da pressão social de setores que apoiem essa política; fala sobre o papel das reformas para a estabilização política e discorre sobre a polarização das forças em disputa em torno do projeto de reforma agrária (esquerda e conservadores); explica o papel da Comissão Especial de Reforma Agrária e aponta alguns entraves que dificultaram os trabalhos da Comissão; comenta a denúncia do deputado Plínio de Arruda Sampaio de que o Getat vem descaracterizando o PNRA.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Gilberto Bampi

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Assistente técnico de desapropriação da Divisão de Administração e Orçamento do Incra - Instituto de Colonização de Colonização e Reforma Agrária.

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde de Servolo Medeiros

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa “Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores. O lugar dos trabalhadores rurais”. Financiamento: Capes, 1997-1998.

**DATA:** 12/1997

**LOCAL:** Incra, Brasília, DF.

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.gb	02 Fitas k7/60 min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro. Fita k7 nº1 contém duas entrevistas distintas
MP3	MSPP/en. GP.mp3.gb	01h20min	Sim	Fitas 1 e 2 reunidas em em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.res.gb	03 páginas	Sim	Resumo digitado e elaborado pela entrevistadora

**DESCRITORES:**

Banco Mundial  
CNA - Confederação Nacional da Agricultura  
Eduardo Suplicy (senador)  
Especulação imobiliária  
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
Farsul - Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul  
Governo Collor (1990-1992)  
Governo Itamar Franco (1992-1994)  
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Itesp – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo  
ITR – Imposto sobre a propriedade Territorial Rural  
Lei Agrária - Nº 8.629 (1993)  
Ministério Extraordinário de da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
Poder Judiciário  
Processo de desapropriação  
Proterra - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária  
PT- Partido dos Trabalhadores  
Receita Federal  
Senado Federal  
STF - Supremo Tribunal Federal  
UDR – União Democrática Ruralista

**SUMÁRIO:**

Fala sobre os trâmites necessários à normatização das desapropriações de terras; apresenta sua trajetória e participação, em 1992, na aprovação da Lei Agrária (1993); avalia a reforma agrária no Governo Collor; coloca o posicionamento da FAO e Incra sobre a Lei Agrária; explica o termo “propriedade produtiva” cunhado pela Farsul, que, em conjunto com a CNA e UDR, conseguiu aprovar no Congresso Constituinte sua definição; traça um breve histórico das desapropriações até o governo FHC; fala da necessidade de agilizar a burocracia para realizar desapropriações e modernização do cadastro rural; afirma que a morosidade na reforma agrária está relacionada à falta de “Recursos Humanos” no Incra e que a modernização tecnológica aceleraria o processo judicial; frisa a importância de aparatos legais que impeçam a “maquiagem” de imóveis rurais; afirma que a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário foi possível graças à articulação dos movimentos sociais, em especial a Contag; opina sobre como deveria ser realizada a descentralização do Incra e fala sobre os avanços do Itesp para exemplificar; afirma que os superintendentes do Incra sofrem pressão externa; discorre acerca da questão judicial para a desapropriação e sobre a discussão do depósito judicial sobre o valor declarado no ITR, considerado inconstitucional pelo STF; afirma que, desde então, passou a ocorrer uma superavaliação dos imóveis; fala sobre as críticas do Banco Mundial aos mecanismos de desapropriação de terras, e da provável reedição do Proterra; discorre sobre o ITR e reflete sobre as diversas vertentes do debate entre

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**Legislativo, Judiciário e Executivo; propõe que a Receita Federal avalie o preço do imóvel e o Incra fiscalize.**



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

ENTREVISTADO(S): Guilherme Cassel

DADOS BIAGRÁFICOS: Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário).

ENTREVISTADOR (ES): Marco Aurélio Weissheimer

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *Carta Maior*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Brasil precisa discutir se quer um rural com gente ou sem gente”

DATA: 21/07/2010

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

**CLASSIFICAÇÃO:**

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.gc	06 páginas	Sim	Digitado

**DESCRITORES:**

Agricultura familiar  
Assentamento rural  
Assistência técnica  
Bancada Ruralista  
Censo Agropecuário (2006)  
Classe patronal  
CNA – Confederação Nacional da Agricultura  
Congresso Nacional  
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
Crédito agrícola  
Crédito rural  
Especulação fundiária  
Fetraf - Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar  
Governo Lula (2003-2010)  
Guilherme Cassel (Ministro MDA)  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Índices de produtividade agrícola  
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Matriz energética  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Miguel Rosseto (ministro MDA)  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Mudança climática  
Poder Judiciário  
Política de assentamento  
Política de preços  
Recurso natural  
Reforma agrária  
Segurança alimentar  
Seguro agrícola  
Trabalho escravo  
UDR – União Democrática Ruralista

**SUMÁRIO:**

O entrevistador introduz os dados apresentados pelo Ipea sobre a situação do campo brasileiro; o entrevistado avalia as críticas sofridas pelo MDA por parte do MST e da direita; fala sobre o número de famílias assentadas e afirma que este é maior do que em todos os governos anteriores; apresenta os dados do IBGE sobre a situação do campo brasileiro; fala sobre a complexidade dos problemas no campo envolvendo diversas populações com demandas diversificadas; afirma que a reforma agrária é a reforma agrária clássica no Sul do país, regularização fundiária no Norte e Nordeste e crédito fundiário para todos; defende que internacionalmente o rural está sendo novamente valorizado devido a discussão sobre

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

segurança alimentar, mudança climática e matriz energética; fala sobre a situação que encontrou ao assumir o Ministério; afirma que é preciso retirar ribeirinhos, quilombolas e outros atores sociais da invisibilidade; afirma de mudar o enfoque da reforma agrária; analisa as consequências, principalmente ambientais, da concentração fundiária no país; fala sobre a tensão, fruto das diferentes bases sociais, entre o MDA e MAPA; afirma que o setor ligado ao MAPA, por dispor de força política, acaba por emperrar o debate sobre um novo padrão de desenvolvimento rural; avalia o diálogo do governo com os movimentos sociais, principalmente MST, Contag e Fetraf, e as políticas desenvolvidas a favor dos interesses dos trabalhadores rurais; defende que o governo não mais beneficia apenas os “grandes”; cita novamente os dados do IBGE e Censo Agropecuário de 2006 para atestar que houve diminuição da pobreza e aumento dos assentamentos; cita a importância do seguro agrícola e política de preços para a agricultura familiar; afirma que a compra de terra por estrangeiros é um problema no país e o papel do Incra e Poder Judiciário neste conflito; discorre acerca das prioridades do MDA para o futuro; afirma que a correlação de forças estaria mudando no país quando questionado sobre os índices de produtividade e sua discussão no Congresso Nacional.



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Guilherme Cassel

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Secretário Executivo do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**ENTREVISTADOR (ES):** Flávia Mattar e Jamile Chequer

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** *IbaseNet*

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Entrevista: Guilherme Cassel”

**DATA:** 20/05/2005

**LOCAL:** Brasília, DF

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.gc2	06 páginas	Sim	Digitado

**DESCRITORES:**

Agricultura familiar  
Agroindústria  
Agronegócio  
Assentamento rural  
Assistência técnica  
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
Crédito agrícola  
Crédito rural  
Dorothy Stang (missionária)  
Fetraf- Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar  
Governo Lula (2003-2010)  
Grileiro  
Guilherme Cassel (Ministro MDA)  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Índices de produtividade agrícola  
Indústria madeireira  
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
Latifúndio  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Marcha Nacional pela Reforma Agrária  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Ministério da Fazenda  
MMA- Ministério do Meio Ambiente  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Poder Judiciário  
Política de assentamento  
Povos indígenas  
Programa Luz para Todos  
Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar  
Reforma agrária  
Seguro agrícola  
Territórios Quilombola  
Transgênicos

**SUMÁRIO:**

Fala sobre a Marcha promovida pelo MST; aponta as metas do Governo Lula para a reforma agrária que, segundo Cassel, estaria sendo feita em ritmo acelerado; avalia as políticas de assentamento do governo Lula e defende que houve grande investimento em infraestrutura; cita o programa Luz para Todos; afirma que as metas da reforma agrária serão cumpridas; fala sobre o corte de verba do MDA; discorre acerca da reestruturação do Incra, afirmando que nos governos anteriores os funcionários nunca foram estimulados e valorizados; defende que os índices de produtividade sejam corrigidos; fala sobre o mapeamento das terras improdutivas;

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

discorre acerca da agricultura familiar e das políticas de crédito; cita o Pronaf; ao ser questionado sobre o problema de documentação entre trabalhadores rurais, cita o programa de documentação e os programas de crédito; fala sobre o seguro agrícola de catástrofes climáticas; afirma que a agricultura familiar tem se mostrado mais produtiva do que o agronegócio; fala sobre os transgênicos; cita o Pronaf/agroindústria e discute o processamento de alimentos pelos produtores; afirma que o MDA tem divergências com os dados apresentados pela CPT atestando aumento na violência no campo; fala sobre o assassinato da irmã Dorothy e o Plano Nacional de Combate à Violência no campo; afirma que o Incra estaria comprometido na demarcação de áreas indígenas e quilombolas.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Gutemberg Armando Diniz Guerra

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Assessor do governo do estado da Bahia; Assessor do Sindicato da Diocese de Alagoinha, Agrônomo da Fata – Fundação Agrária do Tocantins Araguaia, Diretor Executivo da Fata, professor da UFPA.

**ENTREVISTADOR(ES):** Luciano Leal Almeida.

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado de Luciano Leal Almeida, intitulada *Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)*, defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**DATA:** 2009

**LOCAL:** Pará

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/en.GP. mp3.gugu	01h2min	Sim	Áudio já disponível em formato digital
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.GP. trans.gugu	15 páginas	Sim	Transcrição não literal feita pelo entrevistador

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DESCRITORES:**

CAT – Centro Agroambiental de Tocantins  
Cepec/UFPA – Centro de Pesquisa Econômica/UFPA  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
DAZ – Desenvolvimento Amazônico  
Emmanuel Wambergue (ex-padre)  
Fata – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia  
Graal - Grupo de Apoio a Agricultura Familiar de Região de Fronteira  
Jean Hébette (coordenador do Cepec/ NAEA)  
Jean Hébette (professor UFPA)  
LASAT – Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins  
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
NEAF – Programa de Agricultura Familiar  
Organização sindical  
Raul Navegantes (diretor Idesp)  
Seixas Lourenço (reitor UFPA)  
Sindicalismo rural  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

**SUMÁRIO:**

Fala sobre sua trajetória profissional, onde estava antes de ir para o CAT; Cita grupo de trabalho e suas pretensões com a mudança de trabalho; Entrada no CAT em 1986; Fala sobre período de realização de mestrado no NAEA; 1989: Ida à Marabá e implantação do CAT; Comenta sobre processo de discussão do projeto: contato com sindicalistas, cooperação francesa, contato com padres oblatos; Fala sobre articulação interna do projeto: frente política com a Fata e frente científica com a LASAT; Diz que participou durante seis anos da associação de engenheiros agrônomos da Bahia; Fala sobre fundação do sindicato da diocese de Alagoinha, onde foi assessor; Fala sobre coordenação do setor de pesquisa do NAEA, por Jean Hébette; Comenta sobre discussão do projeto dentro do NAEA: cita parecer do professor Flávio Nassar Cedrin e atas do NAEA da época; Fala sobre associação na época entre o nome de Jean Hébette e o NAEA; Conta que existiam críticas a uma imagem centralizadora de Jean Hébette; Opina a respeito dessas críticas; Fala sobre surgimento do CAT: demanda sindical, sensibilidade de professores universitários para a questão social; Comenta sobre discurso que defende a abertura da universidade para a sociedade; Cita reitor Seixas Lourenço como precursor dessa relação entre Universidade e movimentos sociais; Opina sobre essa relação entre o social e a Universidade, origem da demanda dessa troca; Atribui ao CAT essa sensibilidade de diálogo e experimentação; Opina a respeito da escolha de quais sindicatos participariam do projeto; Explica preferência por Marabá; Fala sobre desmembramento dos sindicatos; Comenta caráter experimental do projeto; Explica de onde veio a captação de recursos para o projeto; Comenta as relações religiosas de Jean Hébette como vantagem para conseguir recursos para o projeto; Afirma que a carreira acadêmica de Jean Hébette na UFPA também facilitou apoios ao projeto; Diz quanto tempo permaneceu no CAT; Fala sobre trabalho que realizava no projeto e o relacionamento estabelecido com os sindicalistas, camponeses e fazendeiros; Comenta sobre ações realizadas pelo LASAT, de responsabilidade da Fata; Fala sobre a função dos agrônomos

dentro da Fata; Explica o tipo de atividade realizada por ele e demais agrônomos; Conta como aconteciam as reuniões do conselho, quem costumava estar presente; Diz que foi mobilizado para as reuniões quando esteve como diretor executivo da Fata; Afirma que os embates nas reuniões não eram muito fortes; Comenta sobre dificuldades encontradas nessas reuniões; Comenta sobre perfil das lideranças sindicais na época; Explicita intenções do CAT na região; Cita CPT e Padre Paulo Joanil e as críticas ao CAT; Diz qual era o argumento de atuação do CAT: sujeito deve desenvolver competência para permanecer na terra; Fala sobre presença da preocupação ambiental e política na CAT; Afirma que é necessário pensar nos outros atores que atuaram na região além do CAT, como a Fase, CPT, Cepasp; Opina sobre qual foi a contribuição do CAT para a região: capilarização do movimento cooperativista; Opina sobre experiências de viveiros e hortas do CAT na diversificação da agricultura familiar da região; Afirma que uma das dificuldades do CAT foi incluir no seu Conselho os outros atores que interagiam na região; Explica emancipação do Lasat da liderança de Jean Hébette, relação entre Lasat e CAT; Fala sobre organização GRAAL criada entre Lasat e CAT: o que era, como funcionava; Diz que perfil que predomina da equipe do Lasat é de agrônomos; Comenta dificuldade do Lasat de internalizar pessoas da área de Ciências Sociais; Diz que o CAT não existe mais praticamente desde final dos anos 1990, período em que os sindicatos assumem o conselho da Fata; Diz que já previa que a tomada do conselho pelos sindicalistas afastaria os pesquisadores; Coloca pontos negativos dessa emancipação dos sindicatos; Diz que depois do doutorado só retornou à Fata para fazer uma consultoria paga pelo governo inglês; Explicita proposta feita durante consultoria;

Fala sobre criação e proposta do DAZ e seu desdobramento na criação do Neaf; 1994: criação do Centro Agropecuário; Criação dos cursos de Agronomia e de Licenciatura em Ciências Agrárias em Marabá e Altamira; Fala sobre presença do CAT na discussão da criação desses cursos; Fala sobre dificuldade para os agrônomos recém formados em realizar seus estágios de campo, vivendo nas mesmas condições que os camponeses; Afirma ser uma cria intelectual do NAEA; Cita Raul Navegantes e sua atuação no CAT.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

ENTREVISTADO(S): Humberto de Oliveira

DADOS BIOGRÁFICOS: Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros e Carmen Deere

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Coleta de dados para a pesquisa *Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*, financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

DATA: 21/07/2004

LOCAL: Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA), Brasília, DF

ROTEIRO: ( ) SIM ( x ) NÃO

OBSERVAÇÕES:

**CLASSIFICAÇÃO:**

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.ho	1 fita k7/ 60min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.ho	00h38min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.ho	13 páginas	Sim	Digitada

**DESCRITORES:**

Administração pública  
Agricultura familiar  
Assentado rural  
Cooperativismo  
Crédito rural  
Desenvolvimento rural  
Desenvolvimento territorial  
Desenvolvimento sustentável  
Espaço rural  
Governo Lula (2003-2006)  
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
População rural  
Pronaf - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar  
Questão fundiária  
Reforma agrária

**SUMÁRIO:**

Faz o mapeamento e identificação de territórios no Brasil rural e a gestão de políticas públicas nesses territórios; trata da função da Secretaria de Desenvolvimento Territorial; aponta a reforma agrária como processo de desenvolvimento; diz que a prioridade é elaborar um plano de desenvolvimento territorial; fala do Pronaf e a importância do papel do crédito rural; aborda as diferenças entre MDA, Ministério da Integração e Ministério das Cidades; trata da composição dos conselhos na gestão pública; fala das comissões provisórias, conselhos municipais e regionais; analisa o papel do território (perfil fundiário) na identificação de terras disponíveis para a reforma agrária; analisa o mapa dos territórios e avalia o nível de maturidade da política.



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Iris Resende

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Governador do estado de Goiás no momento da entrevista. Nasceu em Cristianópolis (GO), em 1933. Foi vereador e prefeito de Goiânia, deputado estadual, governador do estado e senador da República pelo estado de Goiás. Foi ainda Ministro da Agricultura no governo Sarney e Ministro da Justiça no governo FHC.

**ENTREVISTADOR (ES):** Não identificado

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** O Globo

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Agroindústria, meta do governo Iris Resende”

**DATA:** 2307/1985

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.ir	02 páginas	Sim	Fotocópia de recorte do periódico original

**DESCRITORES:**

Agroindústria  
Agropecuária  
Comodato  
Conflito por terra  
Crédito agrícola  
Desapropriação de terra  
Desenvolvimento agrícola  
Desenvolvimento econômico  
Direito à propriedade  
Direito à terra  
Distribuição de terras  
Goiás  
Governo Federal  
Latifundiário  
Pequeno produtor rural  
Posseiro  
Produção agrícola  
Reforma agrária  
Soja  
Trabalhador rural  
Violência no campo

**SUMÁRIO:**

Avalia que o estado de Goiás é um importante produtor de alimentos no país, tendo sua economia assentada na agropecuária, setor no qual o governo estadual tem concentrado investimentos; considera que é necessário fazer investimentos no setor da agroindústria; assinala que o governo estadual está dando assistência aos investidores através de programas específicos para o setor ou por meio do investimento em infraestrutura, com o aperfeiçoamento do setor energético e das rodovias, visando industrializar as matérias-primas produzidas no estado; explica as dificuldades pelas quais os produtores de soja do estado têm passado devido à demora do Governo Federal em conceder crédito ao setor; explica que o governo do estado não tem recursos suficientes para cobrir a necessidade de crédito dos grandes produtores; expõe a posição do seu governo para os pequenos produtores, destacando o Programa Comodato, no qual o lavrador sem terra planta nas terras do fazendeiro mediante contrato de comodato no qual o prefeito é o intermediário; avalia positivamente o mutirão, experiência da sua gestão no governo; declara ser a favor do Plano de Reforma Agrária e que Goiás está se preparando para aplicá-lo, já tendo inclusive tomado algumas iniciativas na distribuição de terras e na interferência em alguns conflitos por terra; avalia que a reforma agrária em Goiás não é problema, desde que haja recursos para indenizar os proprietários; por fim, explica que uma das prioridades do seu governo tem sido construir estradas porque isso é necessário para possibilitar o escoamento da produção agropecuária.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** João Bosco Ribeiro

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Secretário de Planejamento e Coordenação do Estado de Goiás no governo Iris Rezende de Machado (1983-1986).

**ENTREVISTADOR(ES):** Não consta

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Última Hora de Brasília

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “II Enam procura senso comum para os municípios”

**DATA:** 08/08/1985

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jbr	01 página	Sim	

**DESCRITORES:**

Assembleia Nacional Constituinte (1987)  
ENAM (Encontro Nacional de Entidades de Articulação Municipal)  
Federalismo  
Iris Resende Machado (governador de Goiás)  
Questão urbana  
Reforma agrária  
Reforma tributária

**SUMÁRIO:**

Cita os temas prioritários que serão debatidos no II Encontro Nacional de Entidades de Articulação Municipal – ENAM, como parte da discussão sobre a Constituinte: questão urbana e reforma tributária; fala sobre a relação entre o trabalho técnico e a questão política, explica a importância de a nova constituição incorporar em seu texto o que ele chama de questão urbana; menciona as razões pelas quais Goiás foi escolhido como sede para o Encontro.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** João Roberto Rodrigues

**DADOS BIOGRÁFICOS:** No período da entrevista, Ministro da Agricultura. Professor licenciado do Departamento de Economia Rural da Unesp, campus de Jaboticabal e professor honorário da Universidade de Belgorod (Rússia). Empresário rural, foi presidente da Abag - Associação Brasileira do Agronegócio, Sociedade Rural Brasileira, OCB – Organização das Cooperativas do Brasil e da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas.

**ENTREVISTADOR (ES):** Paula Pacheco

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** *Carta Capital*

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “O adeus do ministro – Roberto Rodrigues, um dos nomes fortes do governo, revela que deixa o cargo no fim de 2006 com ou sem reeleição”.

**DATA:** 01/2006

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.rr	04 páginas	Sim	<i>Clipping digitado</i>

**DESCRITORES:**

Agricultura tradicional  
Agronegócio  
Cooperativismo  
Governo Lula (2003-2006)  
João Pedro Stédile (liderança)  
Liberalismo econômico  
Ministério da Agricultura  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Partido político  
Pequeno produtor rural  
Reforma agrária  
Socialismo

**SUMÁRIO:**

Revela que não pretende continuar no governo caso haja uma reeleição de Lula; diz ter sido assediado por cinco partidos políticos, entretanto recusou os convites por não entender de política e sim de agricultura; pretende, quando deixar o governo, se dedicar à escritura de livros, à família, à música e à produção rural em suas terras; faz um balanço de suas realizações no Ministério da Agricultura; diz ter uma visão liberal, defende o agronegócio, uma reforma agrária feita por meio de cooperativas e não acredita na visão socialista do líder do MST, João Pedro Stédile.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** João Roberto Rodrigues

**DADOS BIOGRÁFICOS:** No período da entrevista, Ministro da Agricultura. Professor licenciado do Departamento de Economia Rural da UNESP, campus de Jaboticabal e professor honorário da Universidade de Belgorod (Rússia). Empresário rural, foi presidente da Abag - Associação Brasileira do Agronegócio, Sociedade Rural Brasileira, presidente da OCB – Organização das Cooperativas do Brasil e da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas.

**ENTREVISTADOR (ES):** Mauro Zafalon

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** *Folha de São Paulo*

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Governo demorou para ver a crise rural – Ministro da Agricultura afirma que, com dificuldade para cobrir dívidas, setor vive um de seus mais graves momentos”

**DATA:** 24/05/2006

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.rr2	04 páginas	Sim	Digitado

**DESCRITORES:**

Abag- Associação Brasileira do Agronegócio  
Biodiesel  
Crédito agrícola  
Agronegócio  
Classe patronal  
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Financiamento rural  
Governo Lula (2003-2006)  
IRB - Instituto de Resseguros do Brasil  
Ministério da Agricultura  
Ministério da Fazenda  
Neoliberalismo  
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil  
Política cambial  
Roberto Rodrigues (ministro da agricultura)  
Seguro rural  
SRB - Sociedade Rural Brasileira  
Governo federal

**SUMÁRIO:**

Afirma que o governo federal demorou a assistir o setor agrícola brasileiro e que, por conta da desvalorização do dólar, os produtores mergulharam em “uma das mais graves crises da última década”; discorre sobre as causas do endividamento dos produtores rurais; afirma que é difícil responsabilizar o governo e que cabe pensar a crise como um “exagero da questão monetária; fala sobre a dificuldade do Ministério da Agricultura para receber verbas do Ministério da Fazenda; avalia o ano de 2005 como “horrrível” para a agricultura e o de 2006 como “horrrível plus”; explica o novo pacote a ser lançado que visa reavaliar o endividamento dos produtores; defende que a produtividade da agropecuária brasileira estaria irreversivelmente comprometida; frisa que a maior perda seria “a redução do padrão tecnológico”, já que muito se perdeu em produtividade; afirma que irá deixar o cargo de Ministro; fala sobre os pontos negativos de sua gestão e seu insucesso em montar um programa de defesa sanitária contra a febre aftosa; avalia sua parcela de culpa na crise do setor que representa.



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** João Roberto Rodrigues

**DADOS BIOGRÁFICOS:** No período da entrevista, Ministro da Agricultura. Professor licenciado do Departamento de Economia Rural da UNESP, campus de Jaboticabal, e professor honorário da Universidade de Belgorod (Rússia). Empresário rural, foi presidente da Abag - Associação Brasileira do Agronegócio, Sociedade Rural Brasileira, presidente da OCB – Organização das Cooperativas do Brasil e da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas.

**ENTREVISTADOR(ES):** Não consta

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Folha de São Paulo

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Rodrigues admite ‘escorregão’”

**DATA:** Não identificado

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:** Principais trechos de duas entrevistas concedidas pelo Ministro. Segundo consta no jornal, a segunda entrevista foi organizada pela sua assessoria. A entrevista foi feita entre 2003 e 2006, época em que o entrevistado ocupou o cargo de Ministro.

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.rr4	01 página	Sim	

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Jorge Coelho

**DADOS BIográficos:** Agrônomo. Técnico da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Começou a trabalhar na instituição em 1961.

**ENTREVISTADOR(ES):** Cláudio Castanha

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** *Jornal do Comercio*

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Sudene terá novos caminhos”

**DATA:** 24/09/1989

**LOCAL:** Recife, PE

**OBSERVAÇÕES:** Há, no início do material, a informação de que a matéria é a 3ª parte da série “Sudene 30 anos: caminhos e descaminhos do desenvolvimento regional”.

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.joco	02 páginas	Sim	Entrevista fotocopiada do original. Reduzida em formato A4.

**DESCRITORES:**

Celso Furtado (Superintendente da Sudene)  
Desenvolvimento econômico  
Desenvolvimento regional  
Desenvolvimento social  
Finor – Fundo de Investimento do Nordeste  
Nordeste  
Oligarquia rural  
Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
ValfridoSalmito (Superintendente da Sudene – 1978-1984)

**SUMÁRIO:**

Apresenta os prós e contras da atuação da Sudene; destaca que, se por um lado há maior desenvolvimento da região, por outro, há empobrecimento do trabalhador e seu alijamento da terra e de seus recursos; explica que o desenvolvimento não pode ser medido apenas por indicadores econômicos, mas deve também ser analisado por indicadores sociais; justifica o descompasso entre desenvolvimento econômico e social pela convivência da autarquia com a oligarquia agrária e industrial, bem como pela pressão externa; apresenta um curto histórico da formação da Sudene, salientando a pressão dos bispos do Nordeste em prol de sua criação; detalha o primeiro plano de trabalho da Sudene sob a direção de Celso Furtado; salienta que os interesses regionais inviabilizaram a efetivação do plano, considerado “comunista”; perguntado sobre a criação do parque industrial, explica que este também não foi eficaz, pois direcionou a produção para produtos supérfluos e não básicos; sobre o Finor, aponta uma série de erros (técnicos, de alocação de recursos, gerenciais) que apenas favoreciam aos grandes produtores; comenta especificamente sobre a sua relação com ValfridoSalmito, superintendente da Sudene entre 1978-1984; considera o fracasso da Sudene de responsabilidade do Governo Federal; lista uma série de pessoas (presidentes, ministros, superintendentes) que se valeram do discurso da pobreza da região para satisfazer os interesses das grandes oligarquias do Nordeste; diante de todas as adversidades, explica o motivo que ainda o mantém dentro da Sudene; conclui a entrevista considerando haver potencial dentro da Sudene para transformar a realidade do Nordeste, para tanto, é preciso vontade e consciência política.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** José Afonso da Silva

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Secretário dos Negócios Jurídicos do prefeito de São Paulo (SP), Mário Covas.

**ENTREVISTADOR (ES):** Alex Solnik

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Revista *Senhor*

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “É preciso aumentar o poder popular – Com a simplicidade de suas origens populares e a condição de ser um dos maiores constitucionalistas do País, José Afonso da Silva lembra o Brasil de 1985 que não se equilibra em poderes desiguais”

**DATA:** 13/02/1985

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jads	06 páginas	Sim	Fotocópia da entrevista

**DESCRITORES:**

Abertura política  
Assembléia Nacional Constituinte (1988)  
Congresso Nacional  
Democracia  
Ditadura militar (1964-1985)  
Eleições constituintes  
Estruturas de poder  
Governo Sarney (1985-1989)  
Participação popular  
Representação política

**SUMÁRIO:**

José Afonso da Silva fala sobre o panorama político do novo Brasil democrático, após anos de ditadura militar; problematiza a realização da Assembléia Constituinte juntamente com as eleições presidenciais; fala da necessidade de um maior esclarecimento e participação do povo; faz um histórico das constituintes brasileiras, comparando-as com outras internacionais e denunciando seu caráter elitista.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** José Augusto Rodriguez

**DADOS BIográficos:** Advogado e ex-assessor da Comissão de Assuntos Fundiários; Secretaria de Assuntos Fundiários; Secretaria Executiva da Comissão de Assuntos Fundiários do Município do Rio de Janeiro (1990).

**ENTREVISTADOR (ES):** Victor de Araújo Novicki

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção: 1992.

**DATA:** 23/07/1990

**LOCAL:** Rio de Janeiro, RJ

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			A fita desta entrevista foi localizada, mas seu conteúdo foi completamente apagado
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSP/en. GP.trans.jar	49 páginas (transcrição)  10 fichas	Sim	Transcrição manuscrita a lápis. Fichas de pesquisa elaboradas à caneta pelo entrevistador

**DESCRITORES:**

Assentamento Campo Alegre (Nova Iguaçu/Queimados, RJ)  
Banerj – Banco do Estado do Rio de Janeiro  
CAF - Comissão de Assuntos Fundiários (RJ)  
Conflito por terra  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
Famerj - Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro  
Fetag/RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro  
Governo Brizola (1983-1987)  
Governo Moreira Franco (1988-1991)  
Grilagem  
Grileiro  
Italva (RJ)  
Luta pela terra  
Ocupação de terra  
Organização comunitária  
Posseiro  
Secplan – Secretaria de Planejamento do Rio de Janeiro  
Secretaria de Assuntos Fundiários (RJ)  
Secretaria de Justiça (RJ)  
Secretaria Estadual de Agricultura (RJ)  
Secretaria Estadual de Justiça (RJ)  
Xerém (Duque de Caxias, RJ)

**SUMÁRIO:**

Rodriguez afirma que sua experiência militante começou no meio urbano, mais especificamente em Niterói; fala sobre a explosão especulativa imobiliária nessa cidade e a conseqüente tensão pela terra; revela que trabalhava junto às associações como advogado; fala de sua participação política junto ao governo Brizola; fala sobre seu trabalho junto aos posseiros de Niterói; constata que o número de advogados envolvidos com a questão da luta pela terra era muito baixo; lembra os despejos dos posseiros de Niterói; recorda o momento político de criação da Comissão de Assuntos Fundiários; discorre sobre as causas para sua criação; aponta que nenhum outro governo de estado possuía um órgão fundiário; argumenta a importância de vincular a Comissão de Assuntos Fundiários à Secretaria de Justiça; analisa a posição do governo Brizola perante os posseiros e aos conflitos por terra; avalia o processo de luta pela terra em Xerém, Italva e Campo Alegre; analisa as ocupações do início do governo Brizola; discorre sobre o perfil de ocupantes de Campo Alegre; verifica um aumento do fenômeno de migração de desalojados, “favelados”, posseiros a partir da década de 1970; conta que as reivindicações destes posseiros começaram a assustar os proprietários; avalia que o governo Brizola teve papel decisivo nos conflitos de terra; faz uma avaliação da CAF perante as ações de conflitos em geral; fala sobre críticas referentes às ações simplesmente reativas dos trabalhadores e da CAF; revela que a prioridade do governo estadual não era a questão fundiária; explica que a partir da Secretaria de Justiça articulava-se para conseguir policiamento e até conter grileiros; ressalta que a Secretaria de Planejamento teve grande importância, pois

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

contribuiu fortemente como base de apoio político, econômico e técnico; revela que os gestores da CAF eram militantes; discorre sobre o processo de aproximação com movimentos de luta pela terra; avalia que, por “falar a língua” dos trabalhadores, amenizava os conflitos existentes entre governo e comunidade; diz que a CAF primava pela auto-organização e incentivava a mobilização da comunidade; sublinha que se criava uma relação, em certa medida, paternalista devido ao alto nível de abandono da comunidade; reflete que a CAF acabava por dar vitórias políticas ao governo Brizola; fala sobre os conflitos internos do governo; discorre sobre o grau de politização dos trabalhos rurais da área de assentamentos; descreve a instauração do processo das políticas voltadas para as áreas de conflito de terra; lembra da dificuldade posta pelo Banerj na emissão de posse; descreve o proceder do governo Brizola em relação a discriminação de terra; fala da opção pela desapropriação das terras; discorre sobre a herança dos processos judiciais fundiários no governo de Moreira Franco; fala sobre o conflito fundiário em Paracambi; avalia o modo como juízes lidavam com casos de luta pela terra; avalia que o volume de áreas desapropriadas no estado do Rio de Janeiro nos quatro anos de governo Brizola foi imenso; diz que houve resistências às regularizações baseadas no contrato de arrendamento e por cessão de uso; discorre sobre o Termo de Cessão de Uso; explica a distinção entre Concessão de Uso e Cessão de Uso; recorda-se de que a Fetag/RJ não estava presente nas ocupações na época de Brizola; fala sobre o papel da Fetag no governo Brizola; diz que os sindicatos rurais do estado, em geral, eram ausentes na luta pela terra; discorre sobre o papel desempenhado pela CUT Rural e a CPT no estado; fala de divergências com a CPT; fala sobre as acusações de o governo Brizola ser considerado paternalista; aborda a existência de pessoas sem tradição rural que tomavam a luta da terra para si; faz críticas à visão estritamente técnica dos assentamentos; fala dos objetivos da CAF; fala sobre a relação dos técnicos com o movimento; discorre sobre o processo de criação da Secretaria de Assuntos Fundiários; fala da relação estreita entre a SAF e a Siagro; trata da gestão de Paulo Smith; faz avaliação sobre o trabalho desenvolvido pela SAF; faz críticas à medida de Moreira Franco em decretar a intervenção do Banerj nas questões fundiárias; avalia a relação entre o governo estadual e o Incra; aponta a situação dos processos de luta pela terra na época que era gestor público; faz avaliação sobre a política do governo Brizola frente à luta pela terra; fala sobre o atual trabalho da Comissão de Assuntos Fundiários; discorre sobre os resultados decorrentes da política fundiária implementada pelos quatro anos de governo Brizola e faz breve comparação com os governos posteriores.



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** José Gomes da Silva

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Engenheiro agrônomo, foi um dos elaboradores do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - experiências que são relatadas nos seus livros *Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte* e *Caindo por Terra (Crises da Reforma Agrária na Nova República)*. Foi fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário, secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Franco Montoro, em São Paulo, presidente do Incra na Nova República. Coordenador da área de agricultura e reforma agrária do Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), coordenou a elaboração do Plano de Segurança Alimentar. Na sua trajetória política, Gomes da Silva se destacou, sobretudo, pela defesa da desapropriação como instrumento prioritário da reforma agrária e pela coerência política.

**ENTREVISTADOR (ES):** Renato Simões

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Revista *Teoria e Debate*

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “José Gomes da Silva – O engenheiro agrônomo, que foi conhecido como “Zé Sojinha”, é um dos principais defensores da reforma agrária no Brasil. O coordenador do Plano de Segurança Alimentar do Governo Paralelo, ex-secretário de Agricultura e ex-presidente do INCRA conta sua trajetória.”

**LOCAL:** Não consta

**DATA:** 2º trimestre de 1993

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jg	14 páginas	Sim	Fotocópia do original

**DESCRITORES:**

Abra - Associação Brasileira de Reforma Agrária  
Congresso Nacional  
Desapropriação de terra  
Distribuição de renda  
Ditadura militar (1964-1985)  
Estatuto da Terra  
EUA - Estados Unidos da América  
Governo federal  
Governo Sarney (1985-1989)  
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
Igreja  
Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Latifúndio  
Luiz Inácio Lula da Silva (sindicalista)  
Luta pela terra  
Modernização da agricultura  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Ocupação de terra  
Paraná  
Plínio de Arruda Sampaio (membro da ABRA)  
Reforma agrária  
Segurança alimentar  
Soja  
Tancredo Neves  
UDR - União Democrática Ruralista

**SUMÁRIO:**

Aborda temas como sua origem familiar e casamento; fala da formação acadêmica e primeiros trabalhos; trata a questão da soja e reforma agrária; aborda a inserção da Igreja, movimentos sociais e entidades de classe na política nacional; analisa o período da ditadura militar; fala da Constituição, do Congresso Nacional e do governo Montoro; analisa a política de Tancredo Neves e o governo Sarney; fala sobre o Governo Paralelo do PT em 1989; analisa sua gestão no Incra.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** José Gomes da Silva

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Engenheiro agrônomo, foi um dos elaboradores do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - experiências que são relatadas nos seus livros *Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte* e *Caindo por Terra (Crises da Reforma Agrária na Nova República)*. Foi fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário, secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Franco Montoro, em São Paulo, presidente do Incra na Nova República. Coordenador da área de agricultura e reforma agrária do Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), coordenou a elaboração do Plano de Segurança Alimentar. Na sua trajetória política, Gomes da Silva se destacou, sobretudo, pela defesa da desapropriação como instrumento prioritário da reforma agrária e pela coerência política.

**ENTREVISTADOR (ES):** Nelson Letaif

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Revista *Senhor*

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Reforma agrária não se negocia – Para José Gomes da Silva, ex-presidente do Incra, o projeto do governo é só um paliativo porque faltou vontade política a Sarney”.

**DATA:** 11/02/1986

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jg2	06 páginas	Sim	Original e fotocópia da entrevista

**DESCRITORES:**

Estrutura fundiária  
Estruturas de poder  
Governo Sarney (1985 -1989)  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Latifundiário  
Política agrária  
Reforma agrária  
Representação política

**SUMÁRIO:**

Critica o projeto de reforma agrária adotado pelo governo Sarney, dizendo que faltam apenas coragem e decisão política para aplicá-la de fato; afirma que todo mundo era a favor da reforma agrária até atingir os interesses dos latifundiários; fala sobre as pressões que sofreu; conta que foi afastado das negociações diretas com as entidades e com os donos da terra no governo Sarney; diz não acreditar numa reforma agrária em curto prazo sem que se faça uma ruptura com a estrutura de poder existente.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** José Gomes da Silva

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Na época da entrevista, presidente do Incra. Engenheiro agrônomo, foi um dos elaboradores do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - experiências que são relatadas nos seus livros *Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte* e *Caindo por Terra (Crises da Reforma Agrária na Nova República)*. Foi fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário, secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Franco Montoro, em São Paulo, ca. Coordenador da área de agricultura e reforma agrária do Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), coordenou a elaboração do Plano de Segurança Alimentar. Na sua trajetória política, Gomes da Silva se destacou, sobretudo, pela defesa da desapropriação como instrumento prioritário da reforma agrária e pela coerência política.

**ENTREVISTADOR (ES):** José Carlos Bardawil

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Revista *Senhor*

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “A reforma agrária, enfim – O presidente do Incra afirma que o governo vai aplicar a lei e mudar a estrutura do campo no Brasil”.

**DATA:** 22/05/1985

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jg3	03 páginas	Sim	Original e fotocópia da entrevista

**DESCRITORES:**

**Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura**  
**Eleições constituintes**  
**Estrutura fundiária**  
**Governo Sarney (1985 -1989)**  
**Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**  
**Nova República**  
**Organização patronal**  
**Partido político**  
**Política agrária**  
**Reforma agrária**  
**Crise social**

**SUMÁRIO:**

**Demonstra otimismo em relação à reforma agrária na Nova República; diz que primeiro será feito uma proposta de um plano de reforma agrária e que ela será entregue aos interessados como as entidades patronais, partidos políticos e Contag; explica porque a reforma agrária será um decreto e não lei (dado sua complexidade e polêmicas); fala sobre os princípios já definidos da reforma agrária; acreditar que se a reforma agrária não for feita ocorrerá uma explosão social nas cidades.**

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** José Gomes da Silva

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Engenheiro agrônomo, foi um dos elaboradores do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - experiências que são relatadas nos seus livros *Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte* e *Caindo por Terra (Crises da Reforma Agrária na Nova República)*. Foi fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário, secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Franco Montoro, em São Paulo, presidente do Incra na Nova República. Coordenador da área de agricultura e reforma agrária do Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), coordenou a elaboração do Plano de Segurança Alimentar. Na sua trajetória política, Gomes da Silva se destacou, sobretudo, pela defesa da desapropriação como instrumento prioritário da reforma agrária e pela coerência política.

**ENTREVISTADOR (ES):** Ricardo Lessa

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Revista *Isto É*

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Contra-reforma agrária – Ex-presidente do Incra revela detalhes de sua queda”

**DATA:** 15/01/1986

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jg4	01 página	Sim	Fotocópia do original

**DESCRITORES:**

Conselho de Segurança Nacional  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (1985)  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
Mirad – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário  
Reforma Agrária  
Governo Sarney (1985-1989)  
Desapropriação de terras  
ITR - Imposto Territorial Rural

**SUMÁRIO:**

Discorre sobre a campanha de contra-reforma agrária; faz breve exame do 1º PNRA; revela que os mandamentos do presidente Sarney subordinavam a reforma agrária ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural; diz que só conheceu o conteúdo do PNRA depois de finalizado; diz que alguns fazendeiros verbalizavam apoio à reforma agrária do governo Sarney; cita a modificação no texto do PNRA; discorre sobre as forças políticas dominantes; diz que os fazendeiros paulistas possuem enormes extensões de terras e as utilizam inclusive com fim especulativo; revela que diversos proprietários têm dívidas com o Imposto Territorial Rural e o governo possui o livre arbítrio de cobrança; considera que os trabalhadores não estão sendo ouvidos no processo de reforma agrária; diz que possui duas empresas rurais.



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** José Gomes da Silva

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Engenheiro agrônomo, foi um dos elaboradores do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - experiências que são relatadas nos seus livros *Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte* e *Caindo por Terra (Crises da Reforma Agrária na Nova República)*. Foi fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário, secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Franco Montoro, em São Paulo, presidente do Incra na Nova República. Coordenador da área de agricultura e reforma agrária do Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), coordenou a elaboração do Plano de Segurança Alimentar. Na sua trajetória política, Gomes da Silva se destacou, sobretudo, pela defesa da desapropriação como instrumento prioritário da reforma agrária e pela coerência política.

**ENTREVISTADOR (ES):** Carlos Zanotti

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** *Jornal Correio Popular*

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Reforma Agrária, segundo o ex- presidente do Incra”

**DATA:** 22/12/1985

**LOCAL:** Campinas, SP

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jg5	01 página	Sim	Fotocópia do original

**DESCRITORES:**

Banco da Terra  
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
Processo de desapropriação  
Especulação fundiária  
Estatuto da Terra  
Governo Carvalho Pinto (1959-1963)  
Governo Sarney (1985 -1989)  
ITR - Imposto Territorial Rural  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Mirad – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (Iº,1985)  
Política agrícola  
Reforma agrária  
Título da Dívida Agrária

**SUMÁRIO:**

Discorre sobre o desenrolar histórico das tentativas de uma reforma na estrutura agrária brasileira; fala sobre a revolução de 1964; fala sobre um grupo que esboçou linhas gerais para a construção da reforma agrária no governo pós-64; diz que se incorporou à equipe que preparou o Estatuto da Terra; critica o pagamento das terras em dinheiro e defende que seja feita em forma de títulos; considera que transformar a terra em negócio inviabiliza a reforma agrária; discorre sobre a aplicação do Estatuto da Terra; cita a utilização da tributação para tal fim; considera que o objetivo da reforma agrária é abrir espaço para novos proprietários rurais; sublinha o processo burocrático de facilidade ao não-pagamento dos tributos; faz descrição do Estatuto da Terra e sua aplicação; analisa a aplicação do Estatuto da Terra por cada governo militar; fala da postura do PMDB em relação à reforma agrária; cita a criação do Mirad; fala da reivindicação do movimento sindical expressa no 3º Congresso da Contag; discorre sobre a atuação do Incra; fala sobre a articulação da contra-reforma e seu embate com os movimentos sociais; ressalta que a grande questão para os que defendiam a contra-reforma era a perda de privilégios representadas pelas terras não cultivadas; lembra que o banco mais lucrativo se tornou o “banco da terra” devido às políticas econômicas anteriores; avalia que os trabalhadores acreditaram em demasiado no governo; revela que houve 12 versões do PNRA; descreve as diferenças entre a proposta de Reforma Agrária desenvolvida pelo seu grupo político e a editada de última hora pelo governo; diz que a área a ser desapropriada se torna conceitualmente subjetiva; discorre sobre o processo de operacionalização burocrática da reforma agrária pelo Incra; critica o atrelamento da reforma agrária à política agrícola; fala sobre seu afastamento do governo e sua política; analisa a perspectiva e consequência da aplicação do PNRA; diz não acreditar na implementação concreta de uma reforma agrária.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** José Gomes da Silva

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Engenheiro agrônomo e empresário agrícola. Nasceu em 1924, sendo natural de Ribeirão Preto, SP. Na década de 1960, foi Secretário de Agricultura do estado de São Paulo, coordenador da Cati/SP (Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada), presidente da Supra e um dos elaboradores do Plano de Revisão Agrária de São Paulo e do Estatuto da Terra. Foi fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), bem como um dos formuladores do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e presidente do Incra. Foi autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário. Faleceu em 1996.

**ENTREVISTADOR(ES):** Regina Ângela Landim Bruno e Abdias Vilar de Carvalho

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para pesquisa de Regina Ângela Landim Bruno e Abdias Vilar de Carvalho sobre Estatuto da Terra, com publicação posterior denominada: "O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto". *Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)*, v. 4, p. 5-31, 1995

**DATA:** 14/08/1984

**LOCAL:** Campinas, SP

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:** Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2014. Há cortes e interrupções da entrevista ao longo do áudio gravado.

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**Série:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7/ CD	MSPP/en GP.k7.jg6	02 fitas k7/60 min	Não	Áudio e suporte físico em bom estado.
MP3	MSPP/en GP.mp3.jg6	01h51min	Sim	Faixas reunidas em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en GP.trans.jg6	20 páginas	Sim	Páginas digitadas

**DESCRITORES:**

Cati - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Governo SP)  
Congresso Nacional  
Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (II, 1973)  
Estatuto da Terra  
Fazenda Annoni (RS)  
Governo Carvalho Pinto (Estado de SP, 1959-1963)  
Governo Castello Branco (1964-1967)  
Paulo Crespo (padre/coordenador da Fetape)  
Paulo de Assis Ribeiro (presidente do Ibra)  
Reforma agrária  
Revisão Agrária do estado de São Paulo  
Roberto Campos (Ministro do Planejamento, 1964-1967)  
Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo  
Supra – Superintendência de Política Agrária  
Tributação fundiária  
Usina Caxangá (Ribeirão, PE)

**SUMÁRIO:**

Fita 1, Lado A: Inicia a entrevista tratando da polarização que existia entre os grupos do Rio de Janeiro e São Paulo nos debates para elaboração do Estatuto da Terra, apresentando nomes e alguns documentos presentes; tece comentários sobre a personalidade e o interesse pessoal do Castello Branco no tema agrário; relembra o período em que foi coordenador da Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada); contextualiza a entrada do tema agrário durante a gestão de Carvalho Pinto; explica o tipo de atuação da Secretaria de Agricultura de São Paulo, durante sua gestão; descreve os projetos internacionais realizados no Brasil com apoio da FAO na Fazenda Annoni; no contexto embrionário de elaboração de projeto de reforma agrária, relembra o tipo de participação de Paulo de Assis Ribeiro, a intervenção de José Drummond Gonçalves e a iniciativa de Roberto Campos para fundir os grupos do Rio de Janeiro e São Paulo que discutiam questão agrária no Brasil.

Fita 1, Lado B: Relembra o processo de votação do projeto de reforma no Congresso Nacional; explica as características do Plano de Revisão Agrária de São Paulo durante a gestão de Carvalho Pinto; discorre sobre o período Goulart e a possibilidade de um projeto para reforma agrária nesse contexto; tece críticas ao modelo de organização da Supra; explica que a oposição da classe média para a reforma vinha do medo de o pequeno proprietário também ser alvo de desapropriação; explica a luta pela criação de um órgão somente para reforma agrária, sem envolver também colonização, extensão rural e edificação; dentre os representantes do nordeste, relembra a participação do Padre Crespo.

Fita 2, Lado A: Descreve a sua participação no II Congresso dos Trabalhadores Rurais; perguntado sobre as Ligas Camponesas, afirma que estas pesavam negativamente para o projeto, por representarem uma ameaça; traz um perfil de Castello Branco, a fim de justificar seu interesse pelo tema; para a elaboração e votação do projeto, entende não ter havido complô e que havia até uma atitude positiva por entre os políticos e militares envolvidos; relembra alguns

encontros com políticos da época para tornar o projeto exequível; atribui ao caso da desapropriação da Fazenda Caxangá a pressão para sua saída da Supra.

Fita 2, Lado B: Apresenta um panorama do Estatuto da Terra e o peso da tributação dentro dos capítulos, e que, para José Gomes, tributação não constitui reforma agrária; tece comentários sobre a participação dos militares na discussão do projeto; fala sobre a influência de Padre Mello com Castello e durante as negociações.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

ENTREVISTADO(S): José Vaz Parente

DADOS BIOGRÁFICOS: Presidente da Assera - Associação dos Servidores da Reforma Agrária.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Coleta de dados para a pesquisa *Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*, financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

DATA: 20/07/2004

LOCAL: Sede do Inkra, Brasília, DF.

ROTEIRO: ( ) SIM ( x ) NÃO

OBSERVAÇÕES:

**CLASSIFICAÇÃO:**

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.jvp	01 Fita K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro.
MP3	MSPP/en. GP.mp3.jvp	01h01min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	Não há			

**DESCRITORES:**

Agricultura familiar  
Agronegócio  
Assentamento rural  
Assera - Associação dos Servidores da Reforma Agrária  
Assistência técnica  
Capital financeiro  
Classe patronal  
Comunidade ribeirinha  
Constituição Federal Brasileira (1988)  
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
Desapropriação de terra  
Exportação agrícola  
Função social da terra  
Governo FHC (1995-2002)  
Governo Lula (2003-2006)  
Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Índices de produtividade agrícola  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Monocultura  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Neoliberalismo  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (2º, 2003)  
Poder Judiciário  
Poder público  
Política externa  
Povos indígenas  
Projeto de assentamento  
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Territórios quilombolas

**SUMÁRIO:**

O entrevistado compara as mudanças e continuidades entre o governo FHC e o governo Lula em relação à questão fundiária; afirma que há um distanciamento entre o discurso e as ações empreendidas no governo Lula; reconhece avanços significativos e aponta-os; diz que a reforma agrária voltou à ordem do dia; fala sobre o crescimento dos movimentos sociais; diz que o Governo FHC esgotou as possibilidades de uma reforma agrária efetiva; indica o papel do Poder Judiciário; fala sobre a ambiguidade da Constituição em relação à definição da função social da terra; fala sobre o Incra e os problemas estruturais e burocráticos da autarquia; afirma que faltam instrumentos para avaliações mais efetivas sobre a ocupação e uso da terra e diz que os índices utilizados estariam desatualizados; discorre sobre agricultura familiar *versus* agronegócio; fala sobre o Governo Lula e afirma que a política externa adotada tende a favorecer setores contrários ao Plano Nacional de Reforma Agrária; avalia que o governo Lula será sempre visto com desconfiança pela classe dominante; afirma novamente que nenhuma

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

reestruturação efetiva se deu no Incra; no tocante às famílias assentadas, diz que estas foram assistidas apenas esporadicamente, bem como comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas; afirma que o Incra tem pouco pessoal para preencher seus quadros e que, quando há, são pouco qualificados; fala sobre os baixos salários dos funcionários do Incra e a quebra do princípio da isonomia salarial entre as carreiras no governo FHC; afirma que o governo FHC se esforçou em transformar o Incra em uma agência regularizadora; fala sobre o MDA durante o governo Lula e a disputa interna por espaço político travada entre os movimentos sociais.



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Leonildes Alves da Silva Filho

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Coordenador de Cooperação internacional da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

**ENTREVISTADOR(ES):** Cláudio Castanha

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Jornal do Comércio

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Um novo pacto regional”

**DATA:** 15/10/1989

**LOCAL:** Recife

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.las	02 páginas	Sim	

**DESCRITORES:**

Desenvolvimento regional

Irrigação

Nova República

Política pública

Questão energética

Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

**SUMÁRIO:**

Comenta a respeito da viabilidade econômica do Nordeste e sobre a descontinuidade de políticas públicas para a região; explica qual era a concepção inicial da Sudene, como a entidade funcionou nos primeiros anos de sua criação e sobre a situação da instituição no momento da entrevista, destacando principalmente seus entraves; aponta o que ele considera ser as perspectivas para a Sudene; cita o que ele avalia deveriam ser as quatro funções básicas da Sudene; discorre sobre a conjuntura na qual a região perdeu força política e se desarticulou, destacando a necessidade de uma mudança nessa correlação de forças, que poderia começar a ser feita através da identificação de temas comuns que voltem a unir o Nordeste; elucida algumas das suas propostas para dinamizar o desenvolvimento da região; esclarece qual seria o papel da Sudene diante de outros organismos regionais de desenvolvimento que atuam na região; ressalta o papel da Sudene em buscar o cumprimento dos dispositivos constitucionais que afetam a região; por fim, defende a formulação de um novo pacto regional para prover a região de força, independência, e soberania em suas reivindicações.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Miguel Rossetto

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Lula. É gaúcho, sindicalista e fundador do PT – Partido dos Trabalhadores.

**ENTREVISTADOR (ES):** Não identificado

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Revista *Veja*

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Esse sistema é feudal”

**DATA:** 26/03/2003

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.mr	06 páginas	Sim	<i>Clipping digitado</i>

**DESCRITORES:**

Assentamento rural  
Desapropriação de terra  
Desenvolvimento social  
Direito à terra  
Distribuição de terras  
Governo FHC (1995-2002)  
Grilagem  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
João Pedro Stédile (liderança)  
Justiça agrária  
Latifúndio  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Ocupação de terra  
Reforma agrária  
Terra improdutiva  
Trabalho agrícola  
Violência no campo

**SUMÁRIO:**

Critica o termo “invasão” e faz a defesa do termo “ocupação” para designar a entrada de sem terras em fazendas improdutivas ou griladas; dá resposta à acusação sobre a vida de miséria em assentamentos do MST; fala da situação dos assentamentos no Governo FHC; defende a distribuição de terras que garanta condições de vida digna para as famílias assentadas; defende a reforma agrária do MST do ponto de vista estratégico; faz elogios a João Pedro Stédile e outros líderes do MST como possíveis nomes para cargos no governo e no Incra; defende a anulação da lei que impede desapropriações de terras ocupadas; esclarece que o Ministério do Desenvolvimento Agrário não é uma instituição policial; traz contribuições ao debate da reforma agrária.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Nelson Ribeiro

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário no Mirad – Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário durante o Governo Sarney (1985-1989).

**ENTREVISTADOR (ES):** Não identificado

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social do Inbra

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Só reforma evita conflagração”

**DATA:** 30/04/1985

**LOCAL:** Palácio do Planalto, Brasília, DF

**OBSERVAÇÕES:** A entrevista foi realizada na data de criação do Ministério do qual o entrevistado era titular. Não há informações sobre quais jornalistas realizaram a entrevista. Apenas é dito que foi realizada por jornalistas credenciados.

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.nr	04 páginas	Sim	Fotocópia do original

**DESCRITORES:**

Aliança Democrática  
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
Conflito por terra  
Democracia  
Funai – Fundação Nacional do Índio  
Gebam - Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas  
Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins  
Governo Sarney (1985-1989)  
Igreja Católica  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Mirad – Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário  
Oligarquia  
Pará  
PFL – Partido da Frente Liberal  
Posseiro  
Projeto de colonização  
Reforma agrária  
Violência no campo

**SUMÁRIO:**

Fala sobre os desafios de implementar a reforma agrária num país cheio de oligarquias e sobre a composição do Congresso; fala sobre o modelo de reforma agrária que o Brasil deverá seguir e sobre o tipo de cooperação que irá buscar nos países da América Latina e com os organismos internacionais; explica como lidará com a reforma agrária no Nordeste, uma vez que o Partido da Frente Liberal é o grande proprietário de terras nesta região; aponta como agirá com os proprietários; fala sobre o papel do Incra na administração da reforma agrária e da área em que irá trabalhar; fala sobre a revisão de títulos de propriedade; analisa a presença da polícia em áreas de conflito e a situação de violência no campo; explica como será o apoio da Igreja Católica e organizações religiosas no projeto de reforma agrária; fala sobre a militarização da reforma agrária, o Getat e Gebam; aponta a relação entre o Mirad e a Funai; fala sobre a política de colonização, sobre o orçamento do Mirad e apresenta sua visão de como a reforma agrária pode ser um instrumento para construir a paz social no país.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Plínio de Arruda Sampaio

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Atuou na Juventude Estudantil Católica e presidiu a Juventude Universitária Católica. Foi eleito deputado federal pelo Partido Democrata Cristão, em 1962. Relatou o projeto de reforma agrária do Governo João Goulart. Seu mandato foi cassado em 9 de abril de 1964, ficando doze anos no exílio. Atuou na Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO/ONU) desenvolvendo projetos de reforma agrária. Voltou ao Brasil em 1976. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, foi deputado federal pelo PT em 1985. Foi parlamentar na Constituinte. Foi candidato ao Governo do Estado de São Paulo em 1982. Saiu do PT em 2005 e, desde então, atua no PSOL partido pelo qual foi candidato ao Governo de São Paulo, em 2006, e à Presidência da República, em 2010.

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde Servolo de Medeiros

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Coleta de dados para a pesquisa *Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*, financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

**DATA:** 29/9/2004

**LOCAL:** Residência do entrevistado, São Paulo, SP.

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.pas	01 Fita K7/60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.pas	01h07min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.pas	23 páginas	Sim	Digitada

**DESCRITORES:**

Agronegócio  
Assistência técnica  
Banco da Terra  
Capacitação tecnológica  
Cira – Cooperativa Integral de Reforma Agrária  
Conab- Companhia Nacional de Abastecimento  
Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
Governo FHC (1995-2002)  
Governo Lula ( 2003-2006)  
Icira – Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária  
Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MPA – Movimentos dos Pequenos Agricultores  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Política Territorial  
Programa Nossa Primeira Terra  
Programa Novo Mundo Rural  
Pronaf - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar  
PT – Partido dos Trabalhadores  
Reforma agrária de mercado

**SUMÁRIO:**

Fita 1- Lado A – História a questão agrária no PT e no primeiro Governo Lula na seguinte ordem, falando dos anos 80, das tendências internas ao partido, diferença entre revolução e reforma agrária, campanhas presidenciais de 1998 e 2002; fala do programa de governo e na gestão estatal; apresenta a construção do PNRA do governo Lula; trata da participação dos movimentos sociais, dos consultores, gestores e autarquias na construção do Plano; aborda a questão do território na organização da política; faz propostas para organização da produção e inclusão no mercado agrícola; analisa a estrutura dos órgãos competentes; trata da organização política do MDA e Incra; aponta os objetivos do PNRA proposto por sua equipe; analisa as metas do plano proposto e do oficial; comenta a distribuição territorial da política agrária; fala das relações entre os ministérios para a realização do plano; analisa as disputas e conceitos políticos que delimitam o plano atual; fala da hegemonia do agronegócio e do consenso interno sobre isso no governo; faz proposições para a constituição de uma reforma agrária moderada, baseada em experiências de países da América Latina; analisa os conflitos internos ao MDA.

Fita 1, Lado B - discorre sobre a vontade política do governo para enfrentar o debate interno para a construção da proposta de reforma agrária e as suas metas; avalia a relação do projeto de reforma agrária e o Programa Fome Zero; fala da continuidade da política de reforma agrária do Governo Lula e de FHC; volta a falar das proposições que deram origem ao PT; fala da necessidade de uma interlocução entre os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**Agrário; volta a debater os conflitos internos ao governo para a realização do plano de reforma agrária.**



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Raimundo João Amorim

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Departamento de planejamento estratégico do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Está no órgão desde 1976 e iniciou suas atividades no Acre.

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde Servolo de Medeiros

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa “Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores. O lugar dos trabalhadores rurais”. Financiamento: Capes. 1997-1998.

**DATA:** 12/1997

**LOCAL:** Não consta

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en GP.k7.rj	02 Fitas K7 / 60 min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.rj	01h28min	Sim	Fitas 1 e 2 reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.res.rj	03 páginas	Sim	Resumo digitado elaborado pela entrevistadora

**DESCRITORES:**

Capacitação técnica  
CNA – Confederação Nacional da Agricultura  
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
Controle social  
Desapropriação de terras  
Dívida agrária  
Grito da Terra Brasil (Contag)  
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (1º, 1985)  
Poder local  
Procera - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária  
Programa Comunidade Solidária  
Sudam - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

**SUMÁRIO:**

Fala sobre o Incra que, segundo ele, está a reboque da pressão dos trabalhadores e dos latifundiários; discorre sobre a demanda, preço e a oferta de terras; analisa o perfil fundiário do país; avalia a política de indicação dos Superintendentes; discorre sobre o modelo de gestão atual e o que ele acha ideal; aponta para a necessidade de capacitação técnica dos funcionários do Incra; avalia o processo de favelização dos assentamentos; fala sobre a falta de estrutura do Incra; aponta para a necessidade das ações institucionais serem articuladas com os governos estaduais; enfatiza a necessidade de renovação dos quadros do Incra; discorre sobre os tramites do processo de reforma agrária.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Raul Jungmann

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Ministro do Desenvolvimento Agrário do governo FHC. Antes disso, foi ministro do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e presidente do Incra. Também ocupou cargos no governo de Pernambuco. Elegeu-se deputado federal em 2002, sendo reeleito em 2006. Nasceu em Recife em 03/04/1952.

**ENTREVISTADOR (ES):** Marcos Emílio Gomes

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Revista Veja

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “O MST se perdeu”

**DATA:** 15/11/2000

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.mrj	03 páginas	Sim	Cópia de revista

**DESCRITORES:**

Advogado  
Assentado rural  
Democracia interna  
Desapropriação de terra  
Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)  
Grileiro  
Igreja  
João Pedro Stédile (dirigente MST)  
Latifundiário  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
Ocupação de terra  
Partido político  
Pequeno produtor rural  
Política agrária  
Política de assentamento rural  
PT – Partido dos Trabalhadores  
Reforma agrária  
Registro de terras  
Revolução Socialista  
Terra improdutiva  
Violência no campo

**SUMÁRIO:**

Avalia a atuação do MST, considerando que o movimento abandonou a sua função de ser um mediador que organiza os movimentos sociais; explica a estratégia do governo para desarticular o que ele chama de invasão de terras feita pelos sem terra; comenta a ameaça de ocupação da fazenda do Presidente da República pelo MST, expondo a posição do governo diante disso; argumenta que o MST não tem apoio da população; fala sobre uma taxa que o MST cobra dos assentados; explica os elementos a partir dos quais associa o MST a um partido; lista aqueles que ele considera serem os inimigos do seu Ministério; comenta a relação entre parlamentares e advogados, que atuam juntos, segundo ele, para frear a reforma em curso feita pelo governo; comenta os casos de violência no campo, associando-os ao que ele chama de invasão de terras; comenta acerca da estrutura e dos gastos do Ministério, ressalta que o papel do governo é dar condições de sobrevivência para aqueles que precisam; aborda ainda temas como a sucessão rural, a contribuição dos pequenos agricultores na economia agrícola, ações do Ministério no processo de concessão da titulação das terras e sobre os casos de evasão e venda de lotes nos assentamentos.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Raul Navegantes

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Advogado; Assessor da Federação das Indústrias do Estado do Pará; Diretor do Idesp – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental; Vice-coordenador do CAT – Centro Agroambiental de Tocantins.

**ENTREVISTADOR(ES):** Luciano Leal Almeida.

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado de Luciano Leal Almeida, intitulada *Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)*, defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**DATA:** 2009

**LOCAL:** Pará

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/en.GP. mp3.rana	01h32min	Sim	Áudio já disponível em formato digital
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.GP. trans.rana	13 páginas	Sim	Transcrição não literal feita pelo entrevistador

**DESCRITORES:**

**Agricultores**

**CAT – Centro Agroambiental de Tocantins**

**CPT – Comissão Pastoral da Terra**

**Direitos humanos**

**Fata – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia**

**Fernando Coutinho Jorge (diretor do Instituto de Pesquisas do Estado do Pará)**

**Idesp – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental**

**Jean Hébette (coordenador CAT)**

**LASAT – Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins**

**NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Organização sindical**

**Numa – Núcleo de Meio Ambiente/UFPA**

**Sindicalismo rural**

**Trabalhador rural**

**UFPA – Universidade Federal do Pará**

**SUMÁRIO:**

Inicia com sua trajetória; Conta que trabalhava para sindicatos de trabalhadores urbanos, identificação com o trabalho, direcionamento para a questão dos direitos humanos; Cita trabalho como assessor da Federação das Indústrias do estado do Para; Diz que em 1973 soube de um curso de pós-graduação do NAEA, período em que se aproximou do NAEA e de Jean Hébette; Fala sobre Jean Hébette; Fala sobre seus estudos em meados de 1974: estudo no NAEA, três meses no exterior com bolsa da ONU; Fala sobre Fernando Coutinho Jorge; Conta como se deu sua entrada para diretor do Idesp; Cita Projeto Radam, administrado pelo Idesp; Conta que se envolveu com o Estado e mantinha contato com Jean Hébette; 1979: contratação para lecionar; 1980: bolsa de estudos na França; 1985: retorno da França, disputa entre conservadores e liberais no NAEA; Diz que trabalhava com pesquisa e dava aulas no NAEA; Afirma que se interessava pelo programa franco-brasileiro de desenvolvimento do campesinato; Diz que conheceu a região de Marabá onde Jean Hébette atuava; Explica que ao lado de mais quatro municípios essa região tinha sido determinada como alvo de atuação do CAT; Comenta qualidades da equipe do NAEA na época; Explica como se deam as discussões do CAT dentro do NAEA: entrada de Heraldo Maués, concepção do CAT como local para os camponeses, lugar de convivência e reflexão; Diz que entendimento entre NAEA com os sindicalistas foi favorecido por Jean Hébette; Fala sobre apoio das comunidades eclesiais de base, CPT, lideranças religiosas; Conta sobre formação de um fundo para o CAT; Fala sobre sua entrada como advogado no CAT para realização de transferência de um terreno para os camponeses; Fala sobre preocupação com o diálogo entre universidade e camponeses; Cita importância da visão dos camponeses sobre eles mesmo; Comenta criação da Fundação para os camponeses e em paralelo de um laboratório de pesquisa, o Lasat; Explica organização interna da Fundação; Comenta postura do Lasat sobre relação com camponeses e produção de saber; Exemplifica distância de falas entre camponeses e acadêmicos; Cita aumento de sindicatos participantes do CAT; Diz que Jean Hébette sempre foi o coordenador e acredita que tenha sido sempre o vice-coordenador; Diz que ele e Jean Hébette viram a necessidade de acelerar o processo de autonomia dos camponeses; Acredita que a autonomia dos camponeses fez parte de uma discussão dentro do CAT, ao mesmo tempo que se firmou como um processo sem volta;

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

Comenta preocupação sobre maturação de conhecimentos para os camponeses; Diz como se deu a retirada; Acha que são pouco lembrados atualmente pelos camponeses; Fala sobre uma politização partidária na região; Comenta escolha do CAT por dar voz aos sindicatos; Fala sobre ausência de uma percepção histórica, de valorização do trabalho realizado por ele e Jean Hébette; Opina sobre principais dificuldades encontradas durante o CAT: sobrevivência dos trabalhadores rurais muito pobres, dificuldade de deslocamentos; Exemplifica com ausência de recursos para viabilizar os deslocamentos na região; Exemplifica dificuldade de prestação de contas dos camponeses ao Governo Federal; Conta sobre projeto de concepção de um alojamento e local de administração para o CAT; Fala sobre captação de recursos para esse projeto; Conta que havia uma ala de pesquisadores do NAEA que não achava interessante o projeto do CAT; Fala sobre crítica desses pesquisadores ao CAT; Fala sobre distância entre CAT e estudantes; Diz que em determinado momento se tornou impossível de viver com esses conflitos; Afirma que onze pesquisadores deixaram o NAEA; Cita projetos do CAT; Conta sobre apoio institucional que tiveram do reitor da UFPA para deixar o NAEA; Faz avaliação da sua participação no CAT contraposta a atuação de Jean Hébette; Afirma que, com a saída do NAEA, a produção do próprio NAEA decaiu; Fala sobre seu posicionamento e de Jean Hébette sobre a criação do Numa - Núcleo de Meio Ambiente/UFPA; Fala sobre modificações no movimento sindical depois do trabalho do CAT; Diz que formação dada pelo CAT aos trabalhadores era de uma reflexão permanente sobre a condição deles; Acredita que essa formação ajudou na avaliação deles sobre o seu papel na sociedade; Diz que o papel do CAT foi de cooptação desses trabalhadores para fazer parte do poder também; Diz achar que o espírito de unidade do CAT não é mais o mesmo, ainda que o Lasat continue a existir; Afirma não ser possível pensar na idéia do CAT nos dias atuais, que ele não teria existido sem Jean Hébette; Diz que suas idéias não chegaram a ser conflituosas com Jean Hébette, mas um pouco discrepantes apesar de grandes afinidades; Diz que nunca teve e que não viu Jean Hébette chegar a ter dificuldades com os sindicalistas; Explica postura dos dois diante deles; Diz que é possível que as idéias deles tenha se sobressaído em relação às dos sindicalistas; Fala sobre conflitos instigados contra Jean Hébette e sindicalistas; Afirma que não existiu no CAT um viés cristão apesar da presença de religiosos; Identifica quem fazia críticas à Jean Hébette; Fala sobre atuação depois do fim do CAT; Diz que participou do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA; Fala sobre seminário ocorrido em Marabá sobre o CAT; Define qual era o campo de atuação do CAT e o que era a vivência nele.



**DESCRITORES:**

Milícias armadas  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Paraná  
Violência no campo

**SUMÁRIO:**

O entrevistador menciona um episódio de tiroteio no Paraná e questiona se a situação do governo está fora de controle, o que é negado pelo Ministro, que aproveita o ensejo e afirma a posição do governo diante de episódios que possam ocorrer à margem da lei; nega que tenha recebido reclamações dos produtores após o presidente ter usado um boné do MST; comenta a respeito do episódio ocorrido no Paraná e posiciona-se favorável à defesa do patrimônio; reafirma sua posição, destacando que a defesa da propriedade, assim como as ações de quaisquer movimentos, devem ser feitas a partir do que é previsto em lei; diz-se favorável a realização da reforma agrária; questionado sobre a sua fala que dava margem à compreensão de uma defesa armada das propriedades, o ministro ratifica o que disse, reafirmando que qualquer ação deve ser feita dentro da lei; posiciona-se contra o conflito armado; questionado se faria uso de milícia armada em sua propriedade, afirma não haver possibilidade de ter a sua propriedade alvo de conflitos.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Rolf Hackbart

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Na época da entrevista, presidente do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária até abril de 2011. Gaúcho, formado em economia, Hackbart foi assessor dos movimentos sociais rurais do sul. De 1991 a março de 2000, foi assessor parlamentar da bancada do PT – Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Foi também assessor de Aloísio Mercadante até ser escolhido para a presidência do Incra.

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde Servolo de Medeiros e Carmen Deere

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Coleta de dados para a pesquisa *Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*, financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

**DATA:** 21/07/2004

**LOCAL:** Sede do Incra, Brasília, DF.

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.rh	01 Fita K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.rh	01h01min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.rh	16 páginas	Sim	Digitada

**DESCRITORES:**

Agroindústria  
Agronegócio  
Assentamento de Aquidabã (AM)  
Associativismo  
Banco da Terra  
Banco Mundial  
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento  
Condraf - Conselho Nacional de Desenvolvimento da Reforma Agrária e Agricultura Familiar  
Cooperativismo  
Crédito agrícola  
Crédito fundiário  
Desapropriação de terra  
Estatuto da Terra  
Função social da propriedade da terra  
Índices de produtividade agrícola  
ITR – Imposto territorial rural  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OCB - Organização das Cooperativas do Brasil  
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária (2003)  
Poder Judiciário  
Política de assentamento rural  
Política territorial  
Processo de desapropriação  
Programa Fome Zero  
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Soja  
Trabalho escravo

**SUMÁRIO:**

Fala dos assentamentos do Incra, a situação atual, a proposição do seu mandato e o desenvolvimento das políticas públicas para assentamento e os modelos de assentamento; trata do desenvolvimento, potencialidades e limites da política territorial; avalia a inserção do Poder Judiciário no processo de reforma agrária; fala sobre a capacidade operacional do Incra; analisa as parcerias para desenvolver o potencial produtivo dos assentamentos; trata da necessidade de agroindustrialização nos assentamentos; discorre sobre a descentralização da execução da política fundiária; fala sobre a relação interministerial para a viabilidade da reforma agrária; trata da interseção entre as políticas de distribuição de renda e combate à fome e o processo de reforma agrária; avalia a constituição, compra e distribuição das cestas básicas para os acampados; fala sobre o pagamento da terra e as dificuldades institucionais e burocráticas para os assentados efetivarem este pagamento; comenta a potencialidade das áreas coletivas no desenvolvimento dos assentamentos; discorre sobre o processo de compra de terras para a reforma agrária; volta a mencionar a necessidade da agroindustrialização dos assentamentos e da relação do agronegócio com a terra.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Romeu Tuma

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Diretor geral do Departamento da Polícia Federal (1985 até 1992) no momento da entrevista. Nasceu em São Paulo em 1931 e morreu em 2010. Bacharel em Direito pela PUC-SP. Foi diretor geral do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista de 1977 a 1982. Em 1982, tornou-se superintendente da Polícia Federal no Estado (até 1985) e já no governo Fernando Collor de Mello acumula o cargo de Secretário da Receita Federal do Brasil. Em 1994 foi eleito senador de São Paulo pelo Partido Liberal (PL, atual PR), filiando-se posteriormente ao Partido da Frente Liberal (PFL, atual **DEM**). Reelegeu-se em 2002, onde manteve o cargo de corregedor do Senado até 2010. Em 2007 foi para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

**ENTREVISTADOR (ES):** Não identificado

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Correio do Brasil

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Acusações de todo lado”

**DATA:** 8/6/1986

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:** Na última folha da entrevista há um *box* sobre as acusações do ministro da Justiça, Paulo Brossard, atribuindo ao Partido dos Trabalhadores – PT a responsabilidade pelos conflitos de terra na região do Bico do Papagaio. O secretário geral do partido, Francisco Weffort, responde dizendo que as acusações são “de uma ignorância lamentável” e que “se o PT tivesse toda essa força que o ministro lhe atribui, o Sr. Paulo Brossard não seria ministro da Justiça”.

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.rt	03 páginas	Sim	Fotocópia de do periódico

**DESCRITORES:**

Comércio de armas  
Conflito por terra  
Crime organizado  
Desenvolvimento regional  
Direito à terra  
Distribuição de terras  
Garimpo  
Getat – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins  
Governo Federal  
Governo Sarney (1985-1989)  
Igreja  
Imperatriz (MA)  
Imprensa  
Latifundiário  
Legislação fundiária  
Marabá (PA)  
Mídia e poder  
Multinacional  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (I, 1985)  
Polícia Federal  
Posse da terra  
PURR – Pacto de Unidade e Reforma Rural  
Reforma Agrária  
Região do Bico do Papagaio (PA, MA, TO)  
Terra improdutivo  
Trabalhador rural  
UDR - União Democrática Ruralista  
Violência no Campo

**SUMÁRIO:**

Romeu Tuma faz uma análise do processo de crescimento dos conflitos no campo, uma reação, segundo sugere o entrevistador, ao PNRA, destacando o papel da UDR; fala sobre o comércio facilitado e clandestino das armas, principalmente na região do Bico do Papagaio (região de fronteira entre os estados do PA, MA e TO); aponta alguns efeitos do PNRA nas relações entre proprietários e trabalhadores rurais no campo, a destacar: emergência de conflitos, uma vez que o Plano atuaria primeiro nas áreas em litígio; menciona a atuação do Getat nos conflitos na região do Bico do Papagaio; discorre sobre o papel das entidades de classe na explicação sobre o que representa o PNRA para a população do campo; aponta a dificuldade em precisar as razões da violência no campo; fala sobre os incentivos do Governo Federal para projetos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste; comenta sobre a atuação da polícia federal no Bico do Papagaio; discorre sobre a articulação entre problema fundiário e crime organizado; analisa o papel da imprensa na cobertura das atuações da Polícia Federal, tendo por foco o caso do Bico do Papagaio.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Vivaldo Vieira Barbosa

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Deputado federal e ex-Secretário de Justiça e Interior do Rio de Janeiro e presidente da CAF - Comissão de Assuntos Fundiários. Foi também Secretário de Segurança do estado.

**ENTREVISTADOR (ES):** Victor de Araújo Novicki

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção: 1993

**DATA:** 24/07/1990

**LOCAL:** trajeto entre a prefeitura de Niterói e o bairro do Castelo no Rio de Janeiro, RJ.

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Gestores Públicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.vvb	07 páginas	Sim	Datilografada

**DESCRITORES:**

Assentado rural  
CAF – Comissão de Assuntos Fundiários  
Conflito por terra  
Governo federal  
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Justiça agrária  
Ocupação de terra  
Produção agrícola  
Questão agrária  
Reforma agrária  
Rio de Janeiro  
Trabalhador rural

**SUMÁRIO:**

Comenta que o alto número de ocupações rurais e urbanas no governo Brizola não necessariamente tinha como objetivo desestabilizar o governo; diz que a reforma agrária não pode ser traumática e sim racional e que as famílias sem terra devem ter segurança e tranquilidade; acredita que a relação com os mediadores da luta pela terra foi de abertura e diálogo e que a relação entre o Poder Executivo e Poder Judiciário na solução dos conflitos pela terra foi construtiva e compreensiva; defende a ação “paternalista” do governo estadual com o MST como um incentivo e estímulo e não como uma desmobilização e desarticulação como acusa o Movimento; explica porque a discriminação de terras devolutas não foi utilizada no acesso à terra; explica a demora de transformar a CAF - Comissão de Assuntos Fundiários em Seaf - Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e porque a CAF foi vinculada à Sejuí - Secretaria de Justiça e Interior e não à SAA - Secretaria da Agricultura e Abastecimento; diz que o governo Brizola não teve apoio do governo federal e que sofreu um cerco financeiro grande.